CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2017	15h08min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA,

DE 11 DE ABRIL DE 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Boa tarde a todos e a todas. Sejam muito bem-vindos. Obrigado aos assessores e assessoras, aos taquígrafos, ao pessoal do som, ao pessoal da segurança, aos nossos brigadistas, ao pessoal da imprensa, aos nossos representantes da Polícia Civil, Paulinho de Almeida e José Werick, à representante dos peritos, Ana, ao Rafael Sampaio, ao pessoal da Saúde, ao Gutemberg, aos demais sindicatos que aqui se encontram, aos policiais que estão aqui dentro. Sejam muito bem-vindos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 23ª Sessão Ordinária, de 23 de março de 2017;

– Ata da 24ª Sessão Ordinária, de 30 de março de 2017;

– Ata da 25ª Sessão Ordinária, de 4 de abril de 2017.

Mais uma vez, damos as boas-vindas aos colegas policiais civis. Sejam muito bem-vindos! Manifestamos aqui, mais uma vez, o nosso compromisso de continuar em obstrução. Podem ter certeza de que hoje estaremos fazendo de tudo para que a pauta continue obstruída até que o governo faça a parte dele.

Sei que podemos contar com a maioria dos Parlamentares, inclusive com a nobre Deputada Celina Leão, que já levantou as mãos aqui. (Palmas.) Obrigado, Deputada Celina Leão, sempre companheira de primeira hora.

O pessoal da saúde já está aí também? (Palmas.)

Quero cumprimentar o pessoal da saúde. Há também o nosso compromisso em tentar votar o Projeto de Decreto Legislativo nº 246 hoje e não deixar votar, em hipótese nenhuma, esse maldito instituto que foi tirado das trevas.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O PDL é a portaria, gente. Está doida, menina? Está pior do que eu. Arrumei uma mais doida do que eu. Vamos dividir o mesmo Lexotan.

Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, do Deputado Raimundo Ribeiro e do Deputado Wellington Luiz. É você, menina, que gritou comigo agora.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna cumprimentar toda a militância do Partido dos Trabalhadores, mesmo com o partido vivendo a maior crise de sua história, partido que tem sido muito atacado não só aqui no Distrito Federal, mas em todo o País. Domingo, a militância deu uma demonstração de que o PT,

mesmo com todos esses ataques, é um partido forte, consolidado no meio da nossa sociedade. Foram mais de duzentos mil militantes que foram às urnas eleger delegados e presidentes dos diretórios zonais. Então, fica a demonstração de que, por mais que o ataquem, como é um partido inserido nos movimentos sociais, no movimento sindical, como é um partido de luta, é um partido que vai continuar forte, vigoroso e na defesa dos direitos dos trabalhadores, em um momento extremamente importante, porque, depois do golpe, depois que tiraram a Dilma, as coisas no País vêm só piorando. É uma série de conquistas que os trabalhadores tiveram ao longo de todos os anos e que o Governo do Michel Temer, um governo ilegítimo, vem aí com essas reformas que vão atingir em cheio principalmente os servidores públicos, que vão perder, que vão ter a sua previdência atacada de uma forma extremamente desumana. Vão fazer, digamos assim, com que as pessoas só se aposentem depois que morrerem.

Então, fica o meu cumprimento a toda a militância do PT. O PT vai continuar forte e rumo à eleição do Presidente Lula. O Lula felizmente lidera todas as pesquisas do País e, Deputado Chico Leite – V.Exa. sabe disto –, tem tudo para ser reeleito, a menos que o matem ou prendam-no, de uma forma que a gente sabe ser ilegal, como acontece em muitas prisões.

Só para concluir, os meus parabéns à militância do PT em todo o Brasil e aqui no Distrito Federal. Grande abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale. Eu não posso deixar de me manifestar cada vez que V.Exa. se refere ao Governo Temer como ilegítimo. Acho que ilegítima foi a ex-Presidente Dilma, que saiu pela porta dos fundos, quando o Brasil pediu a saída dela, depois de massacrar o povo brasileiro. E veremos se o Presidente Lula terá condições de ser candidato a alguma coisa. Se ele estiver solto, talvez, ele seja candidato.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente Wellington Luiz, V.Exa., que tem se mostrado aqui um dos Deputados que mais defendem a classe trabalhadora – de várias categorias como a dos policiais civis e dos professores, enfim –, elogiar o Governo Temer é uma incoerência muito grande, porque, ao mesmo tempo em que V.Exa. faz oposição ferrenha aqui, no Distrito Federal, em função de uma série de equívocos que o governo tem cometido, V.Exa. vem aqui elogiar o Temer... acho que é um grande equívoco, porque é o Temer que está tirando as conquistas de todos esses trabalhadores que estão aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Ricardo Vale, deixo bem claro: em primeiro lugar, eu não elogiei o Presidente Temer, até porque eu sempre fui coerente com as minhas posições. Eu disse aqui que não concordo com as mudanças que estão sendo feitas por este governo.

Agora, todos nós temos que ser coerentes, inclusive, V.Exa., porque, se eu não tenho condições de elogiar o Presidente Temer, muito menos V.Exa. de elogiar a ex-Presidente Dilma, ou o ex-Presidente Lula, que envergonhou o nosso País.

Mas, eu também concordo com V.Exa.: acho que tanto a reforma da Previdência, quanto a terceirização... Eu desafio qualquer um aqui a dizer que, em algum momento, eu defendi, porque eu também acho que não merecem aplausos; acho que perseguir a classe trabalhadora não é justo. Mas, a ex-Presidente Dilma assim o fez, talvez, por isso, ela tenha saído escorraçada pela porta dos fundos.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agora ficou mais claro. Então, V.Exa. é contra essas reformas do Governo Temer, critica o Lula e critica a Dilma, que eu acho que foram os melhores Presidentes da História deste País.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Ricardo Vale, pelo menos alguém tinha que achar isso neste País.

Muito obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Tenho certeza de que V.Exa. não tomou o remedinho hoje. Mesmo assim, eu mantenho todo o meu carinho por V.Exa., Deputado Ricardo Vale, que é um grande amigo e parceiro.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente quero cumprimentar os nossos policiais civis que se encontram nas nossas galerias e os profissionais de Saúde que aguardam a aprovação do PDL nº 246.

Quero falar que, por parte do PPS, a obstrução está mantida.

Quero colocar, assim, com muita tranquilidade: eu ouvi a fala do Deputado Ricardo Vale e, talvez, eu possa falar do PT porque eu fui Oposição ao governo passado; ajudei a construir este governo, mas, com seis meses, eu percebi que ele continuava o mesmo governo do governo passado. Talvez, eu tenha autoridade para falar sobre este governo e sobre o governo passado.

A gente entende que aqui, no Distrito Federal, o que aconteceu no governo passado vem se repetindo com este governo. Talvez, as pessoas achem que não, mas eu acho que o Governo Rollemberg é uma continuidade do Governo Agnelo. E falei isso com seis meses de mandato.

Acho legítimo o PT fazer os encontros dele, convocar a militância, mas impor isso a toda a sociedade brasileira, como verdade, é duro de ouvir. Porque nós temos um processo, um processo democrático que se chama *impeachement*, no qual foi comprovado um crime, que foi julgado por um parlamento. Então, não teve golpe. Golpe é quando você toma um governo à força. Se há algum erro neste governo, tem que ser apontado, como disse bem o Deputado Wellington Luiz. Mas eu posso falar disso com muita tranquilidade.

O que eu fico triste é de perceber que o governo passado é a continuidade deste governo, e este governo é a continuidade do governo passado – é muito triste você perceber isso. As pessoas que foram às ruas queriam um novo governo, mas votaram em um governador que, realmente, não está à altura do Distrito Federal.

Há pessoas que têm saudade até do Agnelo, para vocês verem o tanto que este governo é ruim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado.

Parabéns pelas palavras, Deputada Celina Leão.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, a todos os servidores da Saúde e aos da Polícia Civil que estão aqui presentes, a minha solidariedade.

Venho a esta tribuna hoje, Deputado Wellington Luiz, como Líder do meu partido, falar, Deputado Wasny de Roure, de uma situação que tem se agravado no Distrito Federal e que a CPI da Pedofilia tem levantado como um dos temas de investigação. Sobre essa situação também se devem encaminhar propostas ao Poder Executivo para melhorar e fortalecer a rede de proteção da criança e do adolescente no Distrito Federal.

Hoje pela manhã, nós tivemos uma audiência pública na qual esteve presente a Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Nessa audiência, foi constatada a quantidade de Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS –, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS – e Centros de Orientação Socioeducativa – COSE – no Distrito Federal. Principalmente foi constatado que a quantidade de Creas existente na Capital da República é insuficiente para o atendimento da população em vulnerabilidade. Deputado Wasny de Roure, nós, da CPI da Pedofilia, vamos encaminhar isso tanto à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, quanto à própria Secretaria de Planejamento, para a inclusão do orçamento vinculado à manutenção dos Cras, dos Creas e dos Coses, como Orçamento da Criança e do Adolescente, que, pela nossa

Lei Orgânica do Distrito Federal e pela Constituição Federal, é incontingenciável. Eu acredito que isso vá ser um avanço, Deputado Wasny de Roure.

Quero aqui citar a V.Exa. que, recentemente, o Tribunal de Contas do Distrito Federal, declarou, por meio de uma decisão, a recomposição do Fundo de Direito da Criança e do Adolescente, no valor de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), por causa de um erro de cálculo que foi colocado. Quero também apresentar que a CPI da Pedofilia vai encaminhar isso, Deputado Wellington Luiz, tanto à Secretaria de Planejamento quanto à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, para que a manutenção dessas áreas, dos Creas, dos Cras e dos Coses, seja incluída como Orçamento da Criança e do Adolescente, para que não haja contingenciamento.

Hoje, os Creas exercem um trabalho de extrema importância, Deputado Wellington Luiz, que é o de resgate social das famílias em vulnerabilidade social. Esse trabalho, muitas vezes, é limitado por causa do contingenciamento que se dá algumas vezes.

Então, a CPI da Pedofilia vai encaminhar isso, por meio de requerimento, mas eu, na condição de Presidente, entendo que o Cras, o Creas e o Cose, que fazem parte da rede de proteção em defesa da criança e do adolescente, precisam ter o mesmo tratamento que tem o restante do Orçamento da Criança e do Adolescente.

Nós também vamos encaminhar, Deputado Wellington Luiz – e vamos pedir a assinatura de todos os Deputados –, uma proposta de emenda à Lei Orgânica que declare que o orçamento vinculado à assistência social seja também considerado incontingenciável.

Hoje nós avaliamos, no meio da audiência pública, que foi muito bem apresentada pela Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social – e toda a Secretaria referente ao desenvolvimento social esteve presente –, que a falha, muitas vezes, acontece na execução da política social por falta de orçamento e de recurso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Delmasso, esse tema é extremamente necessário, porque nós estamos vivendo um quadro de retirada de direitos e reduções de orçamentos na área Social, tanto no plano federal como no plano local. V.Exa. citou algo preocupante, porque a própria legislação já estabelece os procedimentos de cálculo dos recursos do Fundo da Criança. E nós fizemos esse debate por ocasião da votação do projeto de orçamento deste ano. Nós não conseguimos entender por que os próprios órgãos do governo acalentaram procedimentos que retiram, propositalmente, recursos para a área infantil. Então, eu acho que a sua preocupação é extremante relevante.

Nós estamos vivenciando um processo de fortalecimento da educação infantil com a emenda constitucional que estabeleceu a educação infantil em nosso País. Eu creio que essa vigilância é extremamente necessária, não apenas nas formalidades dos procedimentos, mas visitando *in loco* aquilo que está acontecendo com o salário educação, com a parte da manutenção do ensino, com o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Enfim, toda essa temática torna-se extremamente relevante.

Eu felicito muito V.Exa., que está diante dessa CPI. Naturalmente existem diversos conceitos de violência e retirada de direitos que são marcas. Então essa sua preocupação com certeza fortalece o aprofundamento desse debate aqui no Distrito Federal. Nós não podemos permitir, não podemos coonestar aquilo que temos visto. Tive a oportunidade, na última sexta-feira, de visitar a unidade de internação lá de Planaltina com 98 jovens menores, Deputado Delmasso. Dói o coração ao ver toda aquela juventude ser enterrada de maneira extremamente perniciosa para eles. Não é um ambiente em que eles deveriam estar para avançar em sua formação, lamentavelmente. Inclusive, eu estou entrando com uma solicitação à Mesa para nós fazermos uma exposição daquilo que, na parte educacional, esses adolescentes têm feito para ver se se trabalha a autoestima, se modifica a esperança e a perspectiva desses jovens para o seu dia de amanhã.

Muito obrigado, Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

O trabalho da CPI da Pedofilia, além de investigar os crimes, Deputado Wasny de Roure, também está se aprofundando – inclusive com o apoio fundamental da Polícia Civil do Distrito Federal, especialmente da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, que está nos dando um auxílio nas investigações. Além disso, a CPI vai apresentar propostas para o fortalecimento da rede de proteção da criança e do adolescente.

Uma das propostas que nós vamos fazer é a criação de uma vara especializada para julgar crimes contra crianças e adolescentes, porque nós temos relatos – essa é uma proposta do Ministério Público – de crimes que acontecem com crianças e adolescentes que demoram anos e anos para ser julgados por não existir uma vara especializada.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso. Parabéns pelas colocações, tanto de V.Exa., quanto do Deputado Wasny de Roure. V.Exas. foram bastante coerentes.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo à Mesa Diretora e a V.Exa. na qualidade de Vice-Presidente. Eu abordei há pouco o Deputado Joe Valle, que se encontra aqui no plenário e naturalmente vai conseguir ouvir: eu queria fazer o pedido a todos os colegas Parlamentares de que nós analisemos com os representantes das empresas a Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal proposta pela Deputada Celina Leão, e posteriormente encaminhada pelo governo em proposição bastante semelhante. Que nós possamos ouvir a representação desses segmentos que serão afetados, pois parece que todos são iguais, parece que todos recebem o mesmo salário, parece que todos têm a mesma vantagem, e existem algumas observações de que a Casa, antes de votar, tem que ter consciência.

Eu faço esse apelo, Deputado Wellington Luiz, porque V.Exa., inclusive, tem construído uma história, uma trajetória política bastante sensível ao servidor público, e nós não podemos, ao elaborar uma regra de limitação moralizadora, transparente, cometer erros. Por exemplo, Deputado Wellington Luiz, a questão das decisões judiciais: elas estão incluídas ou não incluídas no teto? Não é uma questão de driblar. Por isso eu defendo que o texto seja o mais detalhado possível para se evitar qualquer regramento que faça alguém se sentir prejudicado por decifrar de uma maneira bastante genérica.

Então, eu peço a ajuda de V.Exa., Deputada Celina Leão, porque V.Exa. tem uma contribuição grande, e sei que V.Exa. zela, ao legislar, por não incorrer em injustiça. Eu creio que isso ajudará a gente a encontrar a melhor saída. Eu não estou dizendo que a emenda que o PT apresentou é a melhor opção, ou o que tem que ser, eu não tenho a resposta. Eu apenas pediria que fôssemos o mais sensato, o mais maduro, o mais sereno na apreciação de uma matéria dessa natureza, para não trazer prejuízos.

Eu peço, então, que V.Exa. e o Deputado Joe Valle possam trazer uma definição para nós. Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, V.Exa. sempre é muito coerente, estou de acordo. Eu acho que esta Casa, ao votar um tema dessa magnitude, quer realmente fazer com que todos os servidores recebam o teto.

Nós temos que entender e receber os representantes dos vários sindicatos para ver as situações isoladas, para que a gente não cometa nenhum equívoco aqui. Todavia acho que isso cabe muito à regulamentação que deve ser feita pelo Poder

Executivo, mas esta Casa é uma casa de debates. Eu acho que vale a pena recebê-los. Estou à disposição de vocês para que a gente possa discutir.

Tenho divergência em gênero, número e grau em relação à proposta apresentada pelo PT, mas eu acho que a gente pode construir, quem sabe, uma alternativa que realmente acabe com esse superprivilégio que hoje existe no Distrito Federal e dê certa coerência também ao teto salarial.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada.

Deputado Wasny de Roure, eu quero fazer coro a V.Exa., eu também acho que há algumas preocupações que precisam ser bem discutidas. Essa questão, por exemplo, das questões judiciais transitadas em julgado não pode ser ignorada de forma nenhuma sob pena de votarmos um projeto e, daqui a pouco, sairmos daqui desmoralizados. Eu acho que temos que amadurecer melhor esse projeto. É claro que é um clamor da sociedade, são coisas que precisam, de fato, acontecer, mas dentro da prudência e da legalidade que nos exigem.

Algumas questões ainda não estão bem definidas. Tanto eu quanto V.Exa., pela relação com o serviço público, estamos sendo muito demandados. Eu também fui demandado nessa questão das ações já transitadas em julgado, portanto eu também tenho a mesma preocupação de V.Exa. Não me sinto confortável em votar agora nas condições em que o projeto se encontra, apesar de ter certeza de que é fundamental que se vote e se aprove, mas com o devido cuidado. Concordo com V.Exa. em que, antes de mais nada, é melhor discutir melhor esse projeto.

Obrigado, Deputado.

Eu quero registrar e agradecer a presença dos estudantes e professores do Centro Educacional Leonardo da Vinci que estão participando do Projeto Jovem Cidadão – sejam bem-vindos, muito obrigado – como parte do Programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Fiquem com Deus, sejam bem-vindos e aproveitem bem a visita.

Comunicamos a saída do Deputado Agaciel Maia e do Deputado Bispo Renato Andrade do bloco União por Brasília a partir desta data. Comunicamos também a saída do Deputado Lira, bem como do Deputado Juarezão e da Deputada Luzia de Paula do mesmo bloco. Comunicamos que a Liderança da bancada do PR será exercida pelo Deputado Agaciel Maia. De igual modo, o PSB comunica que a Liderança da sua bancada será exercida pelo Deputado Juarezão.

Mais uma vez quero registrar a presença do Gutemberg e do Carlos, presidentes de sindicatos da área da saúde, e de vários representantes de sindicatos da saúde. Por favor, quem estiver presente passe o nome para registramos aqui. Muito obrigado.

Continuando os Comunicados de Líderes, convido o nobre Deputado Rafael Prudente para falar pela Liderança do bloco Trabalho por Brasília.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais Deputados aqui presentes, quero cumprimentar os nobres policiais civis aqui do Distrito Federal. Também quero cumprimentar os alunos do Leonardo da Vinci que estão aqui presentes. Eu tive o privilégio de estudar no Leonardo da Vinci da Asa Norte durante três anos. (Palmas.)

Sr. Presidente, o motivo por que faço este pronunciamento de hoje é a troca recente do Secretário de Economia e Desenvolvimento Sustentável. No dia da posse do secretário, o Governador, com a sua assessoria de comunicação, e o próprio secretário falaram, em alto e bom som, que não aumentariam mais impostos aqui no Distrito Federal, como se isso fosse grande coisa, nosso Presidente! Todos os impostos que o governo queria aumentar ele já aumentou!

Eu fiz um resuminho para V.Exas. de tudo aquilo que nós estamos pagando a mais desde que este governo assumiu, no dia 1º de janeiro de 2015. Nó tivemos o aumento do IPVA para motocicletas, motonetas e quadriciclos de 2% para 2,5%; nós tivemos o aumento do IPVA para automóveis de 3% para 3,5%; nós tivemos o aumento do ICMS para derivados de tabaco de 25% para 31%; nós tivemos o aumento do imposto da gasolina de 25% para 28%; nós tivemos o aumento do diesel de 12% para 15%; nós tivemos o aumento da TV por assinatura de 10% para 15%; nós tivemos o aumento das bebidas alcoólicas de 25% para 29%; nós tivemos o aumento de serviços de comunicação, como TV a cabo, de 25% para 28%; nós tivemos o aumento de perfumaria e cosmético de 17% para 18%; nós tivemos o aumento do ITCD de 4% para até 1 milhão de reais, de 5% para até 2 milhões de reais, de 6% para até 2 milhões de reais (*sic*), ou seja, passou de 4% para, em média, 5% – esse é o imposto para aqueles bens que são transferidos pós-morte ou por doações; nós tivemos o aumento do ITBI de 2% para 3%; nós tivemos um aumento geral do IPTU em torno de 206 milhões – aumentou em média 2% o IPTU para o cidadão; nós tivemos o aumento do ISS dos serviços cartorários de 2% para 5%; nós tivemos o aumento da passagem de ônibus, em média, de 60%, desde que este governo assumiu, no dia 1º de janeiro de 2015, até hoje.

Então, eu demorei aqui, Sr. Presidente, em torno de quase quatro minutos só para elencar todos os impostos que nós Deputados, nós membros da imprensa, nós assessores da Câmara Legislativa, nós jovens e suas famílias, nós policiais civis que estão aqui hoje pagamos.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho um absurdo, uma grande falácia dizer que vai fazer um grande trabalho se não aumentar impostos de agora para frente. O que temos aqui é uma página lotada de aumentos de impostos que nós e toda a população do Distrito Federal nos sacrificamos para pagar todos os dias.

É isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Rafael Prudente. Excelentes considerações.

Eu quero convidar o nobre Deputado Agaciel Maia, pela Liderança do PR.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco União por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje pela manhã a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças se reuniu, e aprovamos todas as matérias dos Deputados e um crédito. Então, Sr. Presidente, hoje tivemos essa discussão, e havia a análise de um projeto do governo. Aprovamos um projeto de crédito, em que havia um remanejamento de emendas de Deputados. Havia um projeto do governo sobre o problema da manutenção de alguns vetos que foram colocados pelo Governador.

Ontem, em reunião das Lideranças, pediram que houvesse detalhamento do que poderia ser mantido sem prejudicar as duas emendas principais que foram apresentadas pelo Deputado Wasny de Roure e outros Deputados e acolhidas pelo Relator, Deputado Agaciel Maia, de 48 milhões para os benefícios da Polícia Civil e 48 milhões para o plano de saúde da Polícia Militar.

As demais emendas que compõem isso e foram retiradas de unidades administrativas da estrutura do Governo do Distrito Federal se referiam a custeios e investimentos. Portanto, mesmo que houvesse a derrubada do veto para investimento e custeio, o governo poderia contingenciar essas despesas e a eficácia não seria produtiva, ou seja, a gente poderia fazer um esforço político aqui na Câmara, mas não daria resultado nenhum.

Então, o que foi discutido, Deputado Joe Valle, foi que, como existe uma série de ameaças e houve até um desencontro de informação, um ruído entre o Governo e a Câmara Legislativa – porque foram retiradas algumas dotações orçamentárias de unidades administravas do órgão que podem prejudicar o seu funcionamento e fazer que a derrubada do veto não dê resultado nenhum –, poderíamos fazer essa construção a exemplo do que foi feito no caso da imprensa. Assim manteríamos as duas emendas principais, que se referem a benefícios da Polícia Civil, de 48 milhões, e da Polícia Militar também, e o que foi retirado das unidades administrativas, que pode prejudicar pagamento de terceirizado, pode prejudicar auxílio-alimentação, que não tem ganho para ninguém. Apenas vai se voltar essas unidades que não vão receber ou vão ter seus salários atrasados contra nós Deputados.

Então, o que foi proposto e foi explicado ontem na reunião dos Líderes é que a gente possa deixar as duas emendas que são a espinha dorsal do que foi construído e servem, exatamente, para essa queda de braço político para que o Governador cumpra os acordos de encaminhar o aumento da Polícia Civil...

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Só um minutinho, gente. Eu sei que todos nós estamos angustiados com tudo o que o Governador está fazendo, mas eu gostaria de pedir que preservássemos o pronunciamento do Deputado.

Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Então, do ponto de vista técnico, o que eu estou explicando é a manutenção dos 48 milhões – tanto os de benefício da Polícia Civil quanto os 48 do plano de saúde da Polícia Militar – ficariam mantidos, e apenas a gente manteria o veto às outras emendas que não têm nenhuma eficácia. E ao mesmo tempo, a gente ia recompor...

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, ao final do pronunciamento do Deputado todos podem se manifestar da forma que achar melhor, aplaudindo ou vaiando, mas ao final, por gentileza.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Apenas para eu terminar de esclarecer, mesmo porque, talvez, alguns que estão aqui na galeria não saibam, Deputado Wellington Luiz, que fui eu que relatei e acolhi as emendas, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar. Portanto, as vaias não são justas, pelo menos.

Então, o que eu estou propondo, Srs. Deputados, é apenas que a gente faça a manutenção de alguns vetos para possibilitar às pessoas que continuem recebendo os seus salários, como os terceirizados.

Era só isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, se me permite, eu queria apenas fazer uma sugestão para fins de reflexão.

Veja só: nós, aqui, decidimos lá atrás que iríamos utilizar uma ferramenta do Parlamento, que é a questão da obstrução, ok?

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Essa decisão não surgiu do nada, ela surgiu da intransigência do Governador em não permitir que haja uma continuidade nas negociações principalmente envolvendo a área de segurança pública.

E aí o que eu vejo? Salvo melhor juízo, acho que com uma avaliação equivocada nossa, é que, no sábado passado, o governo fez publicar num jornal de grande circulação a informação de que a obstrução na Câmara estaria impedindo o pagamento de fornecedores e mais uma série de coisas. A Mesa Diretora, de imediato, repôs a verdade no seu devido lugar. É mentira. O governo mente quando diz isso. E aí nós colocamos que, se hoje há atraso de fornecedores, se hoje o governo deixa de pagar até mesmo salário de servidores, não é em função da

obstrução que foi feita na Câmara, é em função da sua desorganização interna, e isso aí ficou muito claro.

E agora, quando eu falo em equívoco, Deputados, é o seguinte: por que, ao invés de nós nos debruçarmos na discussão no sentido de aprovarmos alguma coisa que é urgente, por que nós não nos unimos, os 24 Deputados, e vamos até esse rapaz, que é o Governador, e dizemos para ele: "compadre, resolva o problema da Polícia Civil do Distrito Federal"? É muito mais fácil. A solução do problema está nas mãos dele. A solução da obstrução não está na Câmara Legislativa. A solução não está em base de apoio, não está em Oposição, a solução, que é o imperativo da cidadania, está nas mãos do Governador Rodrigo Rollemberg. Se ele quiser, hoje ele resolve o problema e a pauta será desobstruída. (Palmas.)

Agora, o que não dá é toda vez, que ele usando a ferramenta da mentira, utilizar veículos de informação para poder contar meias verdades que são grandes mentiras, aí não dá!

Obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. tem razão. Mas não estou defendendo o Governador porque no dia 22 ele vai ter o seu pagamento.

Eu não estou defendendo aqui Deputado porque nós também temos nosso orçamento próprio e vamos estar com o nosso pagamento em dia. Eu não estou fazendo essa discussão. Agora, o terceirizado, que já ganha uma miséria, muitos que têm, inclusive, auxílio-alimentação, esses terceirizados, Deputado Chico Vigilante, não vão receber! Então o Governador, os Deputados, todos vão receber o seu salário, mas eles não.

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Então, o que estou defendendo aqui não é retirar as emendas que brilhantemente o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Wellington Luiz colocaram, mesmo porque eu fui relator e as acolhi. Eu só estou defendendo que a gente pegue o dinheiro de custeio e de investimento, porque não vai ser utilizado, e pague esses pobres, que são os mais prejudicados, que são os terceirizados.

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, se a gente não fizer isso, essas galerias estarão cheias aqui de pessoas não reivindicando melhorias, mas sim querendo receber o seu pagamento de R$1.200,00 (Um mil e duzentos reais), de R$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais)!

Portanto, Sr. Presidente, o que estou defendendo não é governo. Eu não estou defendendo o governo, não estou defendendo Deputado. Eu estou defendendo

simplesmente as pessoas mais fracas, o elo mais fraco, que são exatamente as pessoas que não têm o poder de se organizar e vir aqui para lutar.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, eu queria, mais uma vez, pedir que respeitem o pronunciamento do Deputado. Eu também não concordo com algumas coisas, mas o respeito é devido, até porque o Deputado Agaciel Maia sempre esteve ao lado da polícia. O Deputado Agaciel Maia tem o posicionamento dele, nós não somos obrigados a concordar, agora acho que temos a obrigação, sim, de ouvi-lo e depois discordar se for o caso. Eu mesmo já vou fazer um aparte porque eu discordo de algumas coisas. Agora, temos que, no mínimo, ouvir o pronunciamento do Deputado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Nós precisamos, Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, Deputado Wellington Luiz... Ontem, na reunião de Líderes, nós pedimos um detalhamento e, hoje, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nós fizemos e cumprimos as exigências.

Eu acho que os Parlamentares que têm um grau de responsabilidade, que continuam usando as duas ferramentas que são as duas principais emendas da Polícia Civil e da Polícia Militar, que têm qualquer afinidade social – nós estamos com o parecer pronto –, se vierem ao plenário e lerem o parecer com certeza votaremos a favor.

DEPUTADO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, primeiro quero parabenizar V.Exa. e, o que eu queria deixar claro, Presidente Deputado Wellington Luiz, é que aqui nós respeitamos os Parlamentares, inclusive a categoria que pede aos Deputados que esta Casa continue em obstrução no direito legítimo que a Polícia Civil tem reivindicado, que é a paridade com a Polícia Federal, que é um direito conquistado. E isso precisa ser deixado claro, é um direito e estão usando de todas as ferramentas possíveis e imagináveis, e que são legítimas, Deputado Wellington Luiz, e a Polícia Civil do Distrito Federal merece ter essa paridade.

O que nós estamos aqui pedindo, Deputado Raimundo Ribeiro, é uma excepcionalidade. Uma excepcionalidade para atender aqueles que, como o Deputado Agaciel Maia disse, muitas vezes, sofrem com a falta de gestão. Quero falar especialmente dos vigilantes contratados pela administração pública – o Deputado Chico Vigilante representa bem essa categoria –; o orçamento para pagamento dessa categoria, segundo a informação que estava disponível, está se encerrando; e nessa recomposição orçamentária existe uma previsão para

suplementação, Deputado Raimundo Ribeiro, para o pagamento dos vigilantes. Está aqui, inclusive está no próprio projeto.

Também existe, dentro dessa suplementação orçamentária, uma proposta de suplementação para a complementação de pagamento dos benefícios da própria Polícia Civil, que eu digo auxílio-alimentação; da mesma forma, nesse projeto também tem uma proposta de suplementação para adicionar, ou seja, não vai ter a mais, é para que se complemente o orçamento para que se chegue até o final do ano, também para pagamento da assistência médica dos policiais militares – isso também está no projeto. Tanto da mesma forma da Polícia Civil, Deputado Chico Vigilante, como o da Polícia Militar.

Também, Deputado Joe Valle, nosso Presidente, existe nesta proposta, Deputado Agaciel Maia, só para detalhar, uma suplementação orçamentária para manutenção dos serviços administrativos da Polícia Civil. Seria a manutenção das delegacias em que os policiais hoje trabalham.

Então, na realidade, o nosso pedido, e acho que a fala do Deputado Agaciel Maia não é para, mais uma vez aqui, defender governo a, ou b, ou c, é justamente para que se possa abrir essa excepcionalidade, aprovar esse crédito que recompõe o orçamento do Distrito Federal e vai atender aqueles que mais precisam, como os vigilantes que foram contratados e podem ficar sem os seus salários. Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Delmasso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu pude conversar aqui com a sua assessoria, sei do esforço que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças fez para excluir os recursos destinados na forma de emenda no orçamento à Polícia Militar e à Polícia Civil.

Entretanto, Deputado Delmasso, peço que V.Exa. preste atenção porque, como Líder do Governo, a sua fala vai ser muito importante. Deputado Agaciel Maia, se há um Parlamentar que goza de respeito e credibilidade no Governo do Distrito Federal é V.Exa. e o próprio Líder de Governo. O que a categoria tem ansiedade neste momento é que eles estão em luta há mais de oito meses. Estão em luta há mais de oito meses! E todos os momentos em que foi possível dialogar com o governo apontou-se uma expectativa de solução. Está aí o Deputado Cláudio Abrantes, que não vai me deixar mentir; até mesmo um Parlamentar que tem compromisso com o Governo do Distrito Federal, mas tem acima de tudo compromisso com a categoria dele, Parlamentares que têm apoiado em momentos difíceis este Governo.

Então, neste momento, o que a sociedade espera, não vou dizer a Polícia Civil espera, mas a sociedade espera é que haja resposta concreta. Deputado Agaciel

Maia, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o que a categoria neste momento espera da Câmara é apoio e solidariedade no desdobramento que o governo tem de dar. Não é possível que o governo não estudou nenhuma proposta. Por incrível que pareça, se há um segmento que tem um orçamento com o disponível financeiro que é honrado é aquele que depende do Fundo Constitucional. Então, com base nisso, Deputado, V.Exa. sabe do que eu estou falando, o Governo do Distrito Federal não faz absolutamente nenhum esforço para receber na sua conta. Pelo contrário, um mês antes é repassado para as contas do BRB esses recursos e o governo ainda ganha na aplicação deles. Deputado Agaciel Maia, eu queria fazer um apelo pela credibilidade, pela liderança que o Deputado goza, pelo respeito juntamente com o Presidente desta Casa, o Deputado Joe Valle, e com o Líder de Governo, intercedendo para que o governo se sente e apresente uma proposta, que seja propositivo. Nós sabemos das muitas dificuldades, mas se há um governo que tem perdido recursos é este.

Nós vamos apresentar hoje, Deputado Joe Valle, o relatório da saúde. Um governo que deixa todas as UPAs do Distrito Federal serem descredenciadas pelo Ministério da Saúde, deixando de receber, o que é isso, Deputado? Um governo que deixa todo o Samu ser descredenciado pelo Ministério da Saúde pelo não cumprimento das exigências básicas? Ora, quem vivia dizendo Agnulo, Agnulo, Agnulo; agora, é o quê?

Então, Sr. Presidente, eu entendo que a cidade está caminhando por um processo de exaustão. Querem entender que a polícia vai perder sua credibilidade junto à população, mas a polícia não vai perder. Nós estamos sabendo que as coisas têm ocorrido em outros locais. Eu faço um apelo, Deputado. Umas das coisas que o Governador Rollemberg fez foi quando negou a todas as categorias, mas isso ele não fala. Quando ele negou a todas as categorias, no ano passado, o reconhecimento do reajuste, para as chamadas 32 categorias, ele não negou, Deputado Raimundo Ribeiro, corretamente para a Polícia Militar, que foi uma conquista prevista em três etapas. Ele não negou aquilo que tinha sido acordado. Não é possível que a gente vá tratar... Vamos debater, Deputado? V.Exa. tem condição de fazer isso. Eu nem quero participar para não acharem que eu estou contaminando, mas V.Exa. e sua equipe têm condições técnicas de debater o Fundo Constitucional, o que há de provisão na área da segurança para enfrentar o debate da Polícia Civil. Faça o debate nos limites do Fundo Constitucional.

(Manifestação da galeria.)

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Deputado Wellington Luiz solicitou o aparte primeiro; depois a Deputada Liliane Roriz e também o Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PTB. Sem revisão da oradora.) – Deputado, vou falar muito rapidamente, porque eu estou participando de uma conferência aqui no *Correio*, um debate sobre a crise hídrica.

Antes de falar sobre isso, eu queria dizer o seguinte. O Governador Rodrigo Rollemberg gosta de usar muito o nome do meu pai, Deputado Raimundo Ribeiro, nos seus discursos, dizendo os bons feitos dele. Mas o fato é que S.Exa. deveria copiar, na íntegra, como foi feito o tratamento com a Polícia Civil na época do meu pai. Se ele fizesse isso, garanto e acredito, toda essa Polícia Civil, com vontade de trabalhar cada vez mais por esta cidade, se esse tratamento fosse mudado, eu tenho certeza de que eles iriam retomar a segurança desta cidade.

O Governador, embora fale sempre do meu pai sobre Corumbá, ponte, metrô, restaurante comunitário, deveria falar da Polícia Civil, do tanto que ele trabalhou por ela. Eles reconhecem isso, e sabem o quanto é importante a Polícia Civil do Distrito Federal. Eles sabem muito bem que as portas estarão sempre abertas na casa do meu pai, ao contrário do Governador, que fecha as portas. E não era em palácio, não! Meu pai recebia esse pessoal na casa dele. O Deputado Wellington Luiz já foi muitas vezes lá. Então, siga esse bom exemplo. Governar é ouvir prioridades, e essa prioridade é da cidade, não é mais desse segmento somente.

Governador Rodrigo Rollemberg, muito obrigado pelas manifestações de carinho que o senhor tem pelo meu pai. Há pouco ele me ligou para votar um crédito, mas eu não vou votar esse crédito agora porque estou obstruindo essa pauta. Estou junto com os outros colegas que aqui estão. Não tenho o menor problema em votar crédito, mas acho que temos que ter consideração, Deputado Agaciel Maia, com essa classe. É consideração, porque aprendi a amar a Polícia Civil, como meu pai a ama até hoje. Pelo amor de Deus, Governador, ouça o que eles têm a dizer, siga o exemplo do meu pai. Do meu pai, com certeza, gerações e gerações sempre vão lembrar porque foi um excelente Governador.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, primeiro eu quero render homenagens ao ex-governador Joaquim Roriz. Eu costumo dizer nesta tribuna que ninguém escreve a história da política do Distrito Federal sem dedicar pelo menos a metade das páginas ao nome do Joaquim Roriz. Por isso, quero parabenizá-lo.

Quero fazer aqui apenas uma breve correção, Deputado Agaciel Maia. Em momento algum eu disse que V.Exa. estava defendendo o governo. Eu sei que V.Exa. estava defendendo alguns atos que preocupam, que angustiam V.Exa. Eu me

sensibilizei muito com a explanação de V.Exa. e do Líder de Governo, o Deputado Delmasso. Deputado Agaciel Maia e Deputado Delmasso, que nos fazem esse apelo, V.Exas. entendem que realmente isso é vital para alguns segmentos da sociedade, e entendem o quanto é importante que isso seja resolvido.

E aí, eu volto a dizer que a solução não está neste Plenário; a solução está no Palácio do Buriti. É só o Governador Rodrigo Rollemberg deixar de ser intransigente. Se eu estivesse, Deputado Delmasso, lá no Piauí, que é a minha terra, eu diria que ele parece aquele menino do buchão. Sabe aquele caboclo que fica olhando, birrento? Isso é bobagem, o Governador tem que ter estatura de Governador. Nós acabamos de ouvir a Deputada Liliane Roriz relembrando o pai dela, que resolvia os problemas, sim. Joaquim Roriz resolvia os problemas. Esse aqui cria os problemas.

Nós já fomos, Deputado Agaciel Maia, enganados neste plenário. V.Exa. lembra quando nós estávamos aqui tendo que presenciar inúmeras derrubadas? Recebemos ligações do Palácio do Buriti de que imediatamente iria receber uma comissão, que estava tudo suspenso e não iriam derrubar mais nada. Enquanto V.Exas. estavam lá no Buriti acreditando nas promessas do Governador, a Agefis estava derrubando casas. Pessoal, credibilidade é uma coisa muito subjetiva, e esse Governador não tem.

O que nós precisamos – é um papel nosso, é um dever patriótico, Deputado Agaciel Maia – é preveni-lo do que está por vir. É necessário que ele tenha consciência do momento que se está vivendo no Distrito Federal. Eu vou relembrar algo aqui, sem querer aterrorizar. Eu vi com muita tristeza, Deputado Delmasso, um servidor da área de segurança entrar em rota de colisão com um servidor da área de saúde. Aqui não estou analisando as condutas individuais. O que estou querendo é chamar a atenção para um clima que está se instaurando no Distrito Federal.

Eu peço a Deus, Deputado Delmasso, que não aconteça aqui em Brasília a mesma coisa, o mesmo enredo daquele filme que Michael Douglas protagonizou, chamado *Um Dia de Fúria.* Acho que não estamos muito longe disso, não. Sabem por quê? Ninguém aguenta mais esse rapaz, a intolerância, a intransigência e, pior, a utilização da mentira como ferramenta de trabalho. Ele não está vendo que há dois anos o pessoal da polícia está aí? Meu Deus, vamos resolver! Qual é a dificuldade? Chame o pessoal e diga: eu tenho essa solução, ou eu não tenho essa solução, mas não se acovarde, não fique atrás do cargo.

Deputado Agaciel Maia, peço desculpas a V.Exa., se entendeu que eu tinha dito que V.Exa. estava defendendo o governo. Em momento algum pensei isso. E quero, se posso sugerir, que faça uma reflexão. Em vez de fazer esse apelo a este Plenário, faça um apelo ao Governador para, pelo menos, ouvir os servidores da área de segurança pública.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu sou seu aluno e um admirador do seu trabalho. Tenho aqui um estudo que V.Exa. apresentou, e o discurso que fez sobre os pagamentos daquelas pessoas mais humildes, que são muitas vezes terceirizados. É um segmento que eu defendo aqui na Câmara também.

Para deixar esses recursos garantidos a esse pessoal, nós temos um orçamento de 35 bilhões no Distrito Federal, e estão contingenciados 15 milhões de reais. Então, eu peço ao governo, já que quer resolver o problema dos terceirizados para não deixar isso mais para frente, que mande um projeto de lei para resolver esse problema. Não precisa fazer todo esse alarde de querer derrubar um veto de trezentos e poucos milhões de reais. Por isso faço aqui um pedido ao governo: encaminhe um projeto de lei para fazer esse remanejamento específico e amparar aquelas pessoas mais humildes.

O governo se gaba de ter uma grande base aqui na Câmara Legislativa, de quinze, catorze, dezesseis Deputados. Se é importante para o governo derrubar o veto, não vamos ficar enrolando, não, Presidente. Que o governo coloque os treze Deputados aqui e derrube o veto ou não. (Palmas.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Para concluir, quero agradecer os apartes dos Deputados Wasny de Roure, Rafael Prudente, da Deputada Liliane Roriz e dos Deputados Wellington Luiz e Raimundo Ribeiro. O Deputado Wasny de Roure tem razão sobre o problema: temos que nos debruçar sobre a execução do Fundo Constitucional. Eu sou economista de carreira, e o Deputado Wasny de Roure é um professor para todos nós, uma pessoa extremamente capacitada, eu sempre o considerei como mestre. Ele tem razão nesse aspecto.

A Deputada Liliane Roriz tem razão quando fala do pai dela. O cenário era outro, a foto era outra, a realidade era outra, mas ela tem razão em tudo o que falou. O Deputado Raimundo Ribeiro, que eu considero como um dos mais brilhantes, uma mente brilhante, definiu bem no seu aparte: nós vamos chegar a um dia de fúria em Brasília. Pergunto eu, Deputado Chico Leite: um dia de fúria em Brasília tem algum ganhador? O governo será ganhador? Os Deputados serão ganhadores? Os policiais serão ganhadores? A população será ganhadora se chegarmos a esse ponto?

Eu quero apenas, para encerrar, Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, dizer a V.Exa. que eu, primeiro, reitero... E o Deputado Wellington Luiz é testemunha de quantas vezes eu vim ao plenário e pedi que o Governador fizesse uma exposição de motivos à Casa Civil – que depois é transformada em mensagem, mandada para o Congresso e transformada em PLC, porque tem que ser aprovada nas duas casas – para se equiparar a Polícia Civil à Polícia Federal. Várias vezes, eu vi, Deputado Chico Leite, solicitarem que o governo – e eu não entendo por que não é feito isso –

fizesse uma exposição de motivos. Inclusive, várias demandas da Polícia Civil, Deputado Wellington Luiz, foram rejeitadas tendo em vista essa equiparação, sob o argumento de que a Polícia Civil de Brasília era equiparada com a Polícia Federal e, como a Polícia Federal não estava tendo aumento, não poderia ser dado aumento à Polícia Civil.

Ora, na intransigência política – e eu digo isso porque, 10 de fevereiro agora, Deputado Chico Vigilante, eu completei 40 anos de servidor de carreira do Senado –, não há ganhador. Não pensem vocês que esse embate sem a construção de um diálogo entre governo, Polícia Civil e Câmara Legislativa vai ter ganhador, porque ninguém vai ganhar. Vamos perder. Anote, V.Exa., nos Anais da Casa, que, se Deputados, governos e associações não tiverem capacidade de fazer uma construção pelo diálogo, não teremos ganhadores nessa guerra, Deputado Ricardo Vale. E sempre quem vai ser mais prejudicado é a população, Deputado Joe Valle, porque, reitero, se nós não votarmos isso aqui... Aí o Deputado Rafael Prudente tem razão: onde estão os Deputados para votarem? Onde estão grande parte dos nossos Deputados para votarem? Será que se esconder por trás da omissão vai dar alguns louros? Eu estou aqui dando a minha cara a tapa. Eu estou aqui dando a minha cara a tapa para fazer a defesa, Deputado Joe Valle, de algo que alguém possa ganhar e que, se todos ganharem, é melhor ainda. Mas nós não podemos impor a derrota ao mais fraco, porque o Governador vai receber seu salário, os Deputados vão receber seus salários, mas alguns terceirizados não receberão. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia. Queria retificar que o Deputado Agaciel Maia falou pelo Bloco União por Brasília.

Eu gostaria só de pedir silêncio à galeria, por favor. Nós estamos colocando as posições de cada Deputado, o que é normal do processo político. Eu queria só pedir esse respeito, porque nós estamos trabalhando e vocês têm todo o respeito desta Casa, vocês estão aqui tranquilamente. Está certo?

Estão encerrados os Comunicados de Líderes. Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu fico abismada com esse tipo de apelo sentimental por parte do Governo do Distrito Federal, até porque ele pode remanejar 25% do orçamento. Ele pode internamente falar que está faltando dinheiro para a vigilância. É o critério dele. Ele tem gastado em passagem e em várias outras coisas, em futilidades. Ele poderia, por decreto, reduzir os supersalários dos primos dele que estão na Caesb ganhando 130 mil. Não precisava nem passar aqui na Câmara.

Agora, eu quero ler o texto do governo para falar desse remanejamento. É tão importante que vai deixar vigilante sem receber, vai deixar não sei quem sem

receber. Eu quero reafirmar aqui, Sr. Presidente, que, só de reserva de contingência, estão indo 125 milhões para ele gastar do jeito que ele quiser. Então, o problema aqui não são os vigilantes, que são 9 milhões somente. Não são os 500 mil da manutenção dos serviços do SLU. Isso aí, dentro de um orçamento como o nosso, de 36 bilhões por ano, é nada! Então, ele usa um apelo emocional de cinco milhões, de três milhões... Eu estava fazendo as contas, Sr. Presidente: não dá menos do que vinte milhões a inviabilidade que a Câmara está fazendo com o Governo do Distrito Federal. São temas assim, Sr. Presidente: limpeza, três milhões; Semog, quatro milhões em consultorias e auditorias. Será, Sr. Presidente, que nós estamos na época de estarmos gastando, sendo que temos uma Controladoria do Distrito Federal, que deveria funcionar? Sabemos que consultoria é feita para lavar dinheiro.

Então, é até ridículo vir entregar um papel desse para um Parlamentar para fazer um apelo para sair da obstrução, porque nem o papel que o próprio GDF entrega para nós nos convence. Há aqui: DFTrans, equilíbrio financeiro do sistema. Já foi colocado aqui que a maior fraude que nós temos hoje é do transporte público, do qual já foram dados três reajustes por esse governo que está aí, não pelo governo passado, mas por esse Governador que está aí, que hoje é cumplice do governo passado, sim, Deputado Joe Valle. Tem uma auditoria de quase um bilhão de reais. Aí, vem colocar a culpa na Câmara Legislativa pela falta de dinheiro!?

Este governo não teve uma postura para trazer empresas para o Distrito Federal, não teve uma postura para ampliar o Parque Tecnológico, o desenvolvimento. E a culpa é do servidor público que está aqui legitimamente fazendo a sua manifestação ou dos Deputados que estão legitimamente fazendo sua obstrução, que é a única possibilidade que nós temos?

Vim aqui falar de acordo. Não somos nós que não debatemos. Eu quero relembrar ao Governo do Distrito Federal que foi ele que retirou os Deputados da última negociação. Foi ele! Ele não queria nem que Deputados participassem! Agora, é esse mesmo governo que usa, muitas vezes, a imprensa falando que é a Câmara Legislativa que está inviabilizando. Não é a Câmara Legislativa, Deputado Joe Valle, do qual V.Exa. é Presidente, que está inviabilizando o governo. Esse governo consegue se inviabilizar sozinho, porque é incompetente, porque não tem gestão. Até hoje, parece um cachorro correndo atrás do rabo, não sabe nem que é governador ainda. Vai acabar o governo, e o que ele fez, qual foi seu grande feito? Destruiu a saúde pública do Distrito Federal. Conseguiu, em três anos, sucatear a saúde pública. Cheguem aos postos de saúde. Agora, com esse *Frankenstein* do Hospital de Base que está aqui...

Então, Sr. Presidente, chegar com este tipo de apelo para nós: "Olha, a obstrução está inviabilizando o Distrito Federal"... Como disse muito bem o Deputado Rafael Prudente, ele tem três Deputados que são da Base. Eu acredito que ser da Base não é ser, realmente, escravo e se rebaixar, até porque todos nós aqui temos uma posição política; não significa colocar os três aqui e votar.

Agora, quem realmente não dialoga, não conversa com esta Casa com altivez, porque ela precisa ter uma resposta, é o governo, que sente, agora, a necessidade de votar um crédito, mas não é por conta dos trabalhadores, pobres coitados, que estão lá sem receber, não. O governo, com um remanejamento, consegue pagar aqui. Eu fiz as contas. Dá menos de vinte milhões do que ele precisa para pagar entre vigilantes e esses terceirizados para os quais ele está fazendo esse apelo sentimental aqui. Ele consegue remanejar isso internamente. O problema é que ele quer os 200 milhões, porque ele quer remanejar 250 milhões. Então, ele quer esse dinheiro de volta. Agora, usar desse subterfúgio para vir discutir com nós Deputados, que temos mandato e sabemos, pelo menos, ler um crédito, é nos chamar de burros. E isso não podemos admitir.

Quero deixar registrado aqui também, Sr. Presidente, que, quem sabe não é o momento, diante dessa falta de convergência nessa ação, de tentar resolver de forma definitiva a questão da Polícia Civil, com uma proposta correta. O Deputado Wellington Luiz, como policial civil, representa a categoria aqui. O Deputado Cláudio Abrantes também e foi muito firme aqui. Quero elogiar os dois Deputados que foram firmes na reunião de Líderes, porque é uma pressão imensa – vocês não imaginam, mas é, sim – para que a gente coloque esses créditos... Muitas vezes, a sociedade, que lê os jornais, pensa: "Olha, a Câmara está inviabilizando, está deixando de votar, está inviabilizando a cidade." Somos nós que muitas vezes somos chamados de irresponsáveis, mas quem é o irresponsável aqui, que deixou a situação chegar aonde chegou, seja na saúde pública, seja na segurança? Quem é o irresponsável? É a Câmara Legislativa? Não é, Deputado Joe Valle. Não é. Quem é o irresponsável? É o Governador Rollemberg, que não sabe sentar para ouvir as necessidades das carreiras dos servidores públicos.

Então, Sr. Presidente, quero agradecer aqui a oportunidade e pedir o apoio dos colegas para votarmos o PDL nº 246. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou precisar dos cinco minutos, porque parte do que vou dizer já foi dito aqui e não quero ser repetitivo.

Quero apenas me dirigir aos colegas Deputados que hoje nos pedem para ceder com relação à votação desses créditos. A gente tem que lembrar primeiro – isso já foi dito aqui pela Deputada Celina Leão e pelo Deputado Wasny de Roure – que, em relação a esses recursos, esses créditos não são necessários para pagar os prestadores de serviços. O Governador, mais uma vez, mente para esta Casa, e esta Casa não tem que ficar de joelhos. Temos que lembrar bem disso. Então, não há que se falar na necessidade desses recursos para pagamento de prestadores de serviços. Se fosse assim, teríamos que lembrar que não estávamos em obstrução há um mês.

Então, por que estava atrasado há um mês? Por que ele não pagou nos meses anteriores? O que atrasa o pagamento não é a obstrução dos Parlamentares, mas a incompetência do Governador. Essa, sim, é latente. Essa prevalece neste governo.

Então, é claro que nós não vamos ceder. Não tenha dúvida disso, porque não admitiremos que este governo continue mentindo. Já foi dito isso aqui. O problema está fácil. Tem que se deixar bem claro, Sr. Presidente, que não estamos reclamando a este Governador que ele dê aumento, não, porque nem competência para isso ele tem. Queremos que ele envie a mensagem ao Governo Federal. Essa é a primeira etapa de muitas que virão, ou seja, o Governador continua mentindo, e nós, Parlamentares, sabemos disso. Não podemos continuar brincando com coisa séria. Nós vamos continuar, sim, em obstrução e, se tentarem derrubar a obstrução e nos atropelar, sairemos do plenário, evitando que haja qualquer votação hoje.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a suspensão da sessão após o meu pronunciamento.

Primeiro, quero deixar aqui o encaminhamento pelo meu bloco. Ontem nós nos posicionamos de maneira muito firme, porque não aceitamos qualquer manobra que venha tirar, ou cancelar, ou fazer qualquer tipo de retorno da emenda feita aqui, pelo Deputado Wasny de Roure, em benefício da Polícia Civil do Distrito Federal. E, por uma questão muito simples, nós estamos aqui de uma maneira muito franca. Sabemos que talvez haja dificuldades, sim, de execução, Deputado Wellington Luiz. Mas, infelizmente, é a última fronteira que temos para fazer o governo entender a bobagem que ele está cometendo ao não atender à Polícia do Distrito Federal. Se alguém está perdendo com tudo isso, é a sociedade do Distrito Federal. A quem interessa uma polícia desmotivada, sem reconhecimento?

Quero aqui parabenizar a Polícia do Distrito Federal, especificamente a DECO – Delegacia Especializada de Combate ao Crime Organizado, que foi combater o PCC. Ninguém fala disso! Hoje o Distrito Federal está protegido do PCC pela Polícia do Distrito Federal. É uma polícia, que mesmo nessa situação, produz imensamente. Parece que há um tratamento de forma deliberada para enfraquecer a Polícia Civil do Distrito Federal. Não vai enfraquecer! Quero deixar isso bem claro aqui.

Não há intransigência do lado da Polícia Civil. Se há intransigência, é do outro lado da rua. A intransigência está do lado de lá. Quero saudar as entidades que têm se reunido, apresentado números e negociado de uma maneira transparente, republicana, muitas vezes a duras penas, para se justificar com a categoria. O pessoal está lá lutando, mas não aparece uma proposta concreta.

Então, quero aqui fazer uma proposta também. Eu até estava conversando com o nobre Deputado Wasny de Roure. A gente faz uma reunião no Ministério do Planejamento, vai o Governador, mas ao chegar, S.Exa. passa para o planejamento federal. O próprio planejamento federal vai avaliar o Fundo Constitucional e dizer se tem dinheiro para pagar a Polícia Civil do Distrito Federal. Tem ou não tem? Tem! E aí o Governo do Distrito Federal abre mão disso, porque está insuportável. A Deputada Celina Leão lembrou muito bem a pressão que nós sentimos aqui. Agradeço o reconhecimento, mas pressão passam esses senhores e senhoras que estão aí, diariamente, com as famílias, com as dificuldades e, mesmo assim, fazendo um trabalho de excelência.

Portanto, se o governo tem dificuldades de mandar a mensagem, nós poderemos ir ao Ministério do Planejamento e o Governo retorna para lá a mensagem. Para deixar bem claro que não há intransigência, os policiais, na semana passada, aqui mesmo, neste plenário, concordaram com o projeto do governo. Concordaram, porque se entendia que era importante para uma categoria específica, os cantineiros. A maioria dos senhores e das senhoras estavam aqui e não houve intransigência, porque era algo realmente importante para a cidade. Na semana anterior também. Ou seja, a categoria está aberta. Agora, não dá para, por conta dos terceirizados, dos vigilantes, do pessoal de limpeza, jogar a culpa na Polícia Civil e nos Parlamentares que estão defendendo-a aqui, que, na minha visão, é a maioria esmagadora deste plenário.

Se querem conversar, nós conversamos. Podemos ceder daqui e dali. Mas o governo tem de ceder também, tem de ter uma proposta convincente. E a mensagem precisa ser enviada ao Congresso Nacional. Ou, então, o governo abre mão para o próprio Ministério do Planejamento, assim como fez com os territórios. Hoje temos os ex-territórios por medida provisória, com a paridade.

Deputado Joe Valle, não estamos querendo fazer nenhum demérito com nenhuma polícia de território, não, de ex-território, mas as polícias dos ex-territórios foram contempladas com a paridade com a Polícia Federal por medida provisória. E a Polícia Civil do Distrito Federal não pode ser? A Polícia Civil, a melhor polícia do País – a melhor polícia do País é a Polícia Civil do Distrito Federal –, não vai? Vai sim! Mais cedo, mais tarde, do jeito que for, essa paridade vai sair.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu vou suspender a sessão por alguns minutos para que haja o reinício do som. Estamos sem som em todas as mesas dos Deputados. Estamos sem som, Deputada, a mesa não está funcionando.

Suspendo a sessão por alguns minutos para que se façam os reparos.

(Suspensa às 16h40min, a sessão é reaberta às 17h01min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um assunto diverso do que tem sido debatido aqui, mas faço questão de registrá-lo.

Acho que a gente aqui nesta Casa tem que ter a hombridade de reconhecer também o trabalho dos nossos companheiros de Parlamento, principalmente quando se beneficia uma população pela qual a gente luta diariamente. Quero aqui render um elogio ao trabalho do Deputado Rafael Prudente porque S.Exa. conseguiu algo que é muito importante para toda aquela região norte que atende a minha Planaltina e Sobradinho, que é a execução de uma emenda na passarela lá do Condomínio Nova Colina.

Então, quero aqui parabenizar o Deputado Rafael Prudente, que fez uma articulação, que colocou recursos nisso. Essa obra já começou. V.Exa. sabe da minha defesa na questão da mobilidade, e essa obra, com a criatividade, com a articulação do Deputado Rafael Prudente, está se tornando realidade e vai melhorar muito a mobilidade da região. Quero fazer aqui esse registro do reconhecimento do trabalho do Deputado Rafael Prudente em prol dessa passarela no Condomínio Nova Colina na BR-020.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os policiais civis, os servidores da saúde e os estudantes aqui presentes.

Sr. Presidente, eu vou falar do meu entendimento sobre esses três projetos que o governo mandou. São três projetos que o governo encaminhou a esta Casa. O primeiro deles é o Projeto de Lei nº 1.418, de 2017, que trata de um crédito adicional de 285 milhões. O outro trata de um crédito especial à Lei Orçamentária de 2 milhões e 890 mil reais. Existe um terceiro projeto, que é o Projeto de Lei nº 1.510, que trata de 1 milhão e 453 mil reais de crédito especial, que na realidade é o único projeto correto que é merecedor de votação aqui na tarde de hoje – trata-se de três projetos para a cidade de Ceilândia e para a cidade de Recanto das Emas.

O projeto que o governo faz mistura suplementações com créditos especiais, e há que se levar em conta que o projeto do governo contém erros elementares e que precisa ser revisto. Eu não quero nem entrar nesse debate do projeto que o governo manda utilizando-se de um subterfúgio em que usa o mecanismo da não apreciação do veto, que é o princípio fundamental antes de se apreciar o projeto de lei. Ele quer que o projeto de lei seja apreciado como uma forma de esvaziamento do veto dele. Por que o veto não vem em primeiro lugar?

Portanto, Sr. Presidente, o veto tem que ser votado em primeiro lugar. O veto tem que ser votado em primeiro lugar! Eu faço um apelo aqui a V.Exa. para que a Casa vote o veto e depois analise o projeto do governo.

No entanto, Sr. Presidente, não é essa a discussão, isso é um verdadeiro engodo. Há uma questão muito maior, que é a de ter a grandeza de enfrentar um problema e, em cima dele, encontrar soluções.

Nós temos um parâmetro para a contratação de mão de obra na área da segurança, temos uma forma para prever como pode ser contratado: é com a planilha dos recursos orçamentários previstos no Fundo Constitucional. Lá, Sr. Presidente, temos as três rubricas em cada um dos segmentos: temos custeio de pessoal, custeio e investimento.

Sr. Presidente, quero colocar um desafio! Estamos vivendo um clima de absoluta desconfiança da maneira como tratam as finanças do Distrito Federal. Por isso, quero reforçar a colocação que o Deputado Cláudio Abrantes aqui fez, e falei para V.Exa. Eu quero aqui sugerir, na tarde de hoje, nesta Casa, um pedido de discussão técnica no gabinete do Ministro do Planejamento – quem sou eu para sugerir, mas vou sugerir, Deputada Celina Leão –, um debate no gabinete do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em que o Governo do Distrito Federal apresente a sua compreensão da execução do Fundo Constitucional. Apresente! Esta Casa mandaria uma delegação. Inclusive V.Exa., como Presidente da Casa, poderia ajudar a intermediar a negociação com o Ministro do Planejamento e a equipe do Planejamento.

Vamos colocar claramente o ano passado, este ano e o que vai vir. Vamos colocar claramente! Porque, de toda maneira, qualquer negociação que o Governo do Distrito Federal fizer ele vai ter de mandar para o Governo Federal, ele vai ter de mandar para o Congresso Nacional. Não tem como ele escapulir; não tem como ele evitar.

Então, Sr. Presidente, eu proponho que a gente faça um debate por inteiro, mas sabendo que as pessoas vão conseguir ler o projeto de Orçamento, a execução do Fundo Constitucional do ano passado, a deste ano. Nós, por exemplo, estamos em plena execução de 117 milhões de investimento do Orçamento do ano passado para este ano, Sr. Presidente. Para este ano!

O Tribunal de Contas do Distrito Federal acabou de tomar uma decisão chamando atenção dos órgãos de segurança com relação a jogar para a última hora empenho para se gastar no ano subsequente, entende, Sr. Presidente? Para começar, a partir daí pode-se fazer a dedução desse montante do investimento previsto no investimento. Vamos começar por aí!

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer algo a V.Exa., quero ser absolutamente claro aqui. A minha bancada tem uma posição, mas nessa matéria estou em obstrução. Pagarei o preço que for necessário, mas não posso desconhecer um

processo que se arrasta há muito tempo, há muitos meses, e não se tem uma forma de governança nesta cidade para encontrar o entendimento e encontrar uma saída para o problema.

Eu me lembro, e vários colegas aqui eram Deputados na época, de quando a Polícia Militar fez o movimento dela, com o Corpo de Bombeiros, para poder encontrar uma saída. O Governador Agnelo ficou até a madrugada, inclusive recebeu as lideranças, parece-me, num horário após as 10 horas da noite, quando foi apresentada uma proposta através do auxílio-alimentação e do auxílio-moradia.

Eu fico absolutamente perplexo, estarrecido, com o fato de que o Governo do Distrito Federal não ter a menor compreensão, mas ele teve quando criou o Fundo da Procuradoria, famosa advocacia de sucumbência, em que se antecipou a maneira de os procuradores... através do fundo da procuradoria e do fundo da receita, o governo criou e viabilizou o recebimento que é, inclusive, fora do teto. As pessoas, os procuradores, recebem fora do teto. Ora, quando se tem boa vontade, encontra-se saída, mas parece que a Polícia Civil é um problema para o Governo do Distrito Federal. Ele tem que entender que governa esta cidade com todos os bônus e com todos os ônus. Então, é necessário que o governo tenha um pouco mais de prudência, de cautela e saiba ouvir não apenas os mesmos interlocutores. O que está havendo, para mim é mais do que claro, é que o governo quer reter os gastos da Polícia Civil, como os dos outros segmentos, para poder no final do ano fazer o remanejamento para outras áreas evitando, consequentemente, as possibilidades do incremento e da melhoria salarial previstos e desejados por esse segmento.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero até pedir desculpas por ser repetitivo, mas eu acho que é fundamental que se repita aquilo que é necessário repetir.

Eu continuo sem entender por que este Plenário tem que avaliar esses projetos e o Governador, que é um birrento, não tem que rever a sua posição e oferecer alguma proposta. Aqui, não se está entrando no mérito da proposta, mas está se perguntando por que não se abre o canal de negociação.

Quero relembrar que esta Casa em busca da sua soberania, da sua autonomia e visando mostrar à sociedade que não é a casa de fundos do Governador, ela toma uma série de atitudes e uma delas é a obstrução, que é um instrumento legítimo do Poder Legislativo. Mas surgem propostas e situações criadas pelo próprio Governador para colocar esta Casa contra a população do Distrito Federal.

Eu não posso deixar de relembrar aqui que no sábado passado, usando uma nova ferramenta de trabalho, o Governo Rodrigo Rollemberg, mentindo para a população, mentindo, diz que deixa de pagar fornecedor, porque esta Casa está em obstrução. Idiota ele não é, pelo menos não parece. Agora, querer enganar aquelas pessoas que, às vezes, não são obrigadas a entender o processo legislativo, já é demais.

Todo mundo, inclusive ele que já foi Parlamentar, evidentemente sem brilho nenhum, mas já foi, sabe muito bem que a obstrução é o instrumento legítimo de qualquer parlamento. Agora, tentar jogar a população contra esta Casa, como fez inclusive com atitudes draconianas que toda a sociedade já conhece aqui no Distrito Federal, já é demais, Sr. Presidente.

Então, eu quero fazer um apelo aos meus colegas Parlamentares: Mostrem a altivez desta Casa, mostrem que esta Casa entende que é possível fazer política, mas uma política decente, sem chantagem, sem malandragem, sem essas coisas que o Governador insiste em mostrar para todo o Distrito Federal. Não permitam que esta Casa se curve à vontade, à birra, à teimosia deste Governador que aí está – e a cada dia que passa o mandato dele encurta. Não permitam que aconteça isso, porque nós não estaremos fazendo um mal não para o nosso mandato, mas estaremos fazendo um mal terrível, Deputado Delmasso, para o Distrito Federal, que exige ser respeitado como cidadão. E, quem representa a população do Distrito Federal é este Plenário aqui, este Parlamento. Se este Parlamento, mais uma vez, se curvar à vontade – diga-se de passagem, a uma vontade totalmente equivocada – do Governador Rodrigo Rollemberg, aí restará muito pouco a se fazer nesta Casa.

Ele já humilhou esta Casa em diversas oportunidades. Chegou aqui no início do ano, se eu não me engano, e danou-se a mentir, a falar um monte de coisa aqui na tribuna. E olhem bem como é de alta periculosidade isto: disse que o sistema penitenciário – está lembrado, Deputado Chico Leite, V.Exa. que sempre fala sobre a questão de alta periculosidade... A afirmativa do Governador foi de alta periculosidade, sim. Ele veio aqui, nesta tribuna, foi presenciado por de cada um de nós, dizer ou dar a entender que o sistema prisional estaria repleto de vagas, quando

se referiu ao sistema prisional da ala feminina. Ele se esqueceu de dizer que, por culpa dele, o sistema prisional hoje tem mais que o dobro das pessoas que são permitidas ficarem lá.

Então, com esse tipo de ferramenta não dá para fazer política. Usar a mentira, como o Governador Rodrigo Sobral Rollemberg tem utilizado diuturnamente – parece que ele já incorporou isso ao seu procedimento –, é muito ruim porque quebra a confiança. Ninguém mais confia. Se ele entender que podemos estar exagerando – eu já fiz um convite a ele para andarmos um pouco na Rodoviária, mas ele até agora não respondeu –, eu o convido para andar lá no Setor Comercial para ver se ele dura. Com certeza, ele não vai durar. Por quê? Porque esse sentimento que eu estou traduzindo aqui é um sentimento que é colhido nas ruas. Nesse sentimento é que a população não mais acredita. Ele pode até um dia, talvez num surto de lucidez, querer falar a verdade, mas ninguém acreditará mais.

Então, Sr. Presidente, demais Parlamentares, o que eu peço a V.Exas. é que não deixem que esta Casa, mais uma vez, se curve à vontade férrea daquele que, ao ser eleito Governador, se enganou e pensa que é imperador desta cidade. Não é imperador. Ele tem limites, e o limite é a lei, é o bom senso.

Por isso, peço a V.Exas. que retirem a proposta de votar qualquer outra coisa, quebrando a obstrução que está sendo feita aqui nesta Casa e se exija que o Governador tenha bom senso, governe para todo o Distrito Federal, chame a polícia e negocie com ela, como tem que ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho a maior tranquilidade de falar desta tribuna, porque não votei no Rollemberg – anulei o voto no segundo turno –, não pedi voto para o Rollemberg. Portanto, não tenho compromisso nenhum com o Rollemberg. Mas eu quero falar, Sr. Presidente, de uma situação gravíssima que está acontecendo no Brasil, que é o desmonte da legislação trabalhista.

O jornal *Estado de S.Paulo* traz hoje uma matéria ampla dando conta de que a decisão do governo golpista do Sr. Michel Temer, Deputado Chico Leite, é alterar cem artigos da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Chama-se Consolidação das Leis do Trabalho porque o então Presidente Getúlio Vargas, há 73 anos, pegou toda a legislação existente que tratava de relação de trabalho desde o Império e consolidou numa única lei. Eles agora querem acabar com a CLT dizendo que é para gerar emprego. Isso é mentira.

Nós tivemos dois momentos em que mais se gerou emprego neste País, e eu vou descrevê-los. Quando da construção de Brasília, da industrialização pelo Governo

Juscelino Kubitschek, a legislação trabalhista era a mesma. Era a mesma! Não se alterou nada. Ele não pediu para alterar a legislação trabalhista e assim mesmo fez. A mesma coisa recentemente no Governo do Presidente Lula, quando houve pleno emprego. Não se precisou alterar a legislação trabalhista.

Portanto, o que está acontecendo é que uma quadrilha de banqueiros financistas assumiu o poder e está aí agora dando as cartas e ferrando com a classe trabalhadora.

Eu estava vendo agora mesmo, Presidente, uma notícia triste. Há uma cidade no Estado de São Paulo, Deputado Ricardo Vale, que acaba de contratar professor terceirizado. Contratou uma empresa para contratar os professores. Se prevalecer essa terceirização sem limites, adeus, concurso público no Brasil. E quem conhece a terceirização sabe a desgraça que é.

Portanto, eu estou contra. A única solução para mim é a população aderir à greve geral dia 28. Parar o Brasil igual ao que foi feito na Argentina. Parar de ponta a ponta. Lá parou o transporte aéreo, o marítimo. Parou tudo. Vamos fazer a mesma coisa aqui.

Com relação ao Distrito Federal, é muito triste verificar hoje que os professores, no vigésimo segundo dia de greve, tiveram que apelar para a greve de fome. Neste momento, nós estamos com 25 professores acorrentados ali na Catedral de Brasília, Deputado Prof. Reginaldo Veras – V.Exa. esteve lá. Poderá algum professor daqueles morrer. Eles estão em greve de fome no meio do sol, acorrentados, clamando por uma negociação. É triste. É grave.

O Governador precisa negociar. Não se resolve questão de greve com Polícia Militar. Não se resolve questão de greve com as multas que são aplicadas hoje aos sindicatos. O Sindicato dos Professores foi multado em 400 mil reais por dia. É uma multa impagável. O que eu acho engraçado é que os juízes, quando fizeram greve, não foram multados. (Palmas.) Ninguém os multou. Contudo, os demais trabalhadores, quando fazem greve, o Judiciário está lá multando os sindicatos. Como que se quem fizesse greve fosse a diretoria do sindicato. Não é. Quem faz é a base. Se a diretoria não encaminhar, ela passa por cima e faz do mesmo jeito. O Judiciário precisa efetivamente alterar essa questão.

Dito isso, Judiciário que se comporta desse jeito quer o quê? Uma convulsão social. É isso o que eles querem. A reforma previdenciária que está sendo feita é outra desgraça. Ela acaba com todas as aposentadorias especiais – que não são privilégio. O que mais a gente escuta hoje é um bando de incompetente dizendo: "Ah, mas professor é privilegiado." Vai ficar 25 anos dentro de uma sala de aula! "Policiais são privilegiados." Vai ficar 25 anos correndo atrás de bandido para ver! Mas querem que fiquem até os 65 anos de idade e 49 anos de contribuição para poder se aposentar. Quem é que vai se aposentar se tiver que contribuir por 49 anos? Ninguém.

Portanto, era melhor esse presidente ilegítimo tomar vergonha na cara e dizer que está proibida a aposentadoria no Brasil do que ficar pagando milhões para a Globo mentir a respeito de aposentadoria. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar a galeria, o pessoal da Polícia Civil e o pessoal do sindicato da saúde que se faz presente. Eu queria bem rapidamente, Sr. Presidente, trazer dois assuntos, que, inclusive, já conversei com o Líder do Governo e também com o secretário parlamentar desta Casa, que vem acontecendo lá no Gama. Eu estive visitando algumas escolas e pude perceber o número de lixo que, em determinadas escolas, está se acumulando. Eu fiz um pedido à Secretaria de Educação, na pessoa do Fernando, para que pudesse ver o problema, mais especificamente lá no Caic. Na verdade, ele ainda não tem uma data precisa de quando vai ser feito o recolhimento desses materiais. Eu fico preocupado, e aqui eu peço ajuda ao José Flávio e ao Deputado Delmasso, porque neste momento está acumulando uma série de lixo, e onde tem lixo tem a questão da chuva e pode ter escorpiões, dengue. A gente falou com o Fernando e ele disse que está na previsão, mas não consegue dar uma data específica de quando será feito o recolhimento.

Então, eu trago essa preocupação porque, nessa escola do Caic, nós temos quase quinhentas crianças de 4 a 10 anos, e não podemos deixar aquele entulho. Fica um jogo de empurra-empurra. A administração fala que é a Secretaria de Educação. A educação fala que é a administração, mas o problema é que está lá o lixo e nós precisamos, então, resolver essa questão.

A segunda situação que eu gostaria também de ver com o Líder do Governo é que saiu uma determinação da Secretaria de Segurança Pública dizendo que as corridas aqui no Distrito Federal terão o horário de início reduzido. Eu, como Presidente da Frente Parlamentar do Esporte, preocupo-me, porque reduziu o horário. Antigamente as corridas em Brasília eram realizadas às 8 horas da manhã. Agora, de uma forma unilateral, a Secretaria de Segurança Pública mudou para que as corridas sejam feitas às 7 horas da manhã. Os moradores aqui do Plano não terão problema de participar das corridas, mas ficará muito corrido para quem mora em Planaltina, Ceilândia, Gama vir até o Plano Piloto e aqui participar das corridas. Esse é o grande problema.

Então, eu peço ao Líder do Governo que interceda e veja o que realmente está acontecendo. E já foi provado que a melhor coisa, o melhor horário para as corridas aqui no Distrito Federal é às 8 horas da manhã. Inclusive, a Secretaria de Esporte concorda que as corridas sejam às 8 horas, mas a segurança está dizendo

que é melhor às 7 horas da manhã. Tudo bem, mas e a questão do transporte, que não tem?

Então, eu faço um apelo ao Líder do Governo nestas duas questões: que o horário das corridas volte a ser às 8 horas e que, pelo amor de Deus, a Secretaria de Educação mande lá recolher o lixo, os materiais que estão lá ao bel prazer de insetos e de coisas ruins.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já respondendo ao Deputado Julio Cesar, vamos fazer até melhor. Além de pedir para a Secretaria de Educação, também pedir ao SLU que faça o recolhimento do entulho, porque o SLU tem na sua atividade-fim o recolhimento de entulhos e galhos no Distrito Federal. Vou fazer esse pedido hoje e, logo que eu tiver a resposta, já encaminho ao seu gabinete, Deputado Julio Cesar.

Quanto às corridas, concordo plenamente com V.Exa., e da mesma forma encaminharei ao novo Secretário de Segurança Pública essa manifestação, pedindo que ele reveja essa orientação da Secretaria de Segurança Pública. Parabéns a V.Exa. por abordar esses dois temas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Encerrados os Comunicados de Parlamentares, dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar nesta Casa, tendo em vista particularmente a presença da Deputada Telma Rufino, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, que protocolei hoje um requerimento junto à comissão, para que nós possamos fazer uma audiência com as autoridades do Distrito Federal, principalmente da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH e da Defesa Civil, acerca da quadra 12. A quadra 12 da Estrutural é a primeira quadra, a única que efetivamente não foi regularizada porque está erigida sobre uma região que foi depositária de lixo. Consequentemente, o lixo, como é comum, é portador e produtor de gases, e pode trazer consequências imprevisíveis àquela comunidade. Moram ali em torno de 250 famílias, e um acidente que eventualmente venha ocorrer será de grande impacto.

O Governo do Distrito Federal tem que fazer um estudo, antes de deliberar sobre a real necessidade de remanejamento da população daquela comunidade. Se de fato há gases sendo produzidos naquela localidade, se o tipo de lixo ali depositado é produtor desses gases, será necessária a remoção da população. Eu acredito – é claro, não entendo da matéria – que uma equipe técnica, uma empresa que cuida desse tipo de assunto – por acaso, estão fazendo um trabalho semelhante na escola da Estrutural – possa fazer um estudo ali na quadra 12. Inclusive, vários equipamentos públicos, como a Vila Olímpica da Estrutural e a escola, foram desenvolvidos e construídos nessa mesma quadra.

Sr. Presidente, é gravíssimo o problema, e o governo não pode protelar o trato e o exame técnico. É por volta de 400 a 500 mil reais o custo de um projeto de averiguação das possíveis implicações dos gases naquela localidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Eu gostaria de fazer, mais uma vez, a consulta aos Líderes. Nós temos um acordo no Colégio de Líderes para votação e derrubada dos vetos aos projetos dos Deputados. Depois disso, a votação dos projetos de autoria dos Deputados em segundo turno, limpando a nossa pauta de segundo turno, e finalmente consulto se há acordo para votação do projeto do Poder Executivo quanto à manutenção dos vetos.

Eu vou consultar pela ordem os Deputados quanto à derrubada de vetos aos projetos de Deputados, como acordado na reunião do Colégio de Líderes de ontem. Consulto os Líderes se está mantido o acordo do Colégio de Líderes de ontem. Essa é a ordem. Deputado Juarezão, há acordo? Mantém o acordo de Líderes de ontem? A Deputada Luzia de Paula participou do Colégio de Líderes.

DEPUTADO JUAREZÃO – Há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Deputado Wellington Luiz não se encontra. Deputado Cláudio Abrantes, há acordo?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Há acordo com o que foi firmado no Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Ricardo Vale? Há acordo.

Deputada Telma Rufino? Há acordo. Deputado Delmasso? Há acordo. Deputado Cristiano Araújo? Há acordo.

Deputado Julio Cesar?

DEPUTADO JULIO CESAR – Conforme acordado no Colégio de Líderes, há acordo quanto à derrubada de vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputada Sandra Faraj, há acordo quanto à derrubada de vetos aos projetos de Deputados?

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Passamos, então, à derrubada de vetos aos projetos dos Deputados presentes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para que eu possa me programar aqui – são 17h36min –, eu gostaria de saber de V.Exa. quantos vetos vamos votar no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Um veto de cada Deputado que estiver presente. Então, são 19 vetos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Quais são os vetos?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vetos aos projetos dos Deputados, sobre o que já foi passado aos Deputados e haja acordo. Nós temos uma relação que foi passada para os Deputados e para os gabinetes, que foi acordada ontem no Colégio de Líderes, Deputado Chico Vigilante.

Por exemplo, o item nº 1 é da Deputada Celina Leão, mas S.Exa. não se encontra presente. O Deputado Robério Negreiros também não se encontra. Em seguida, o projeto do Deputado Cristiano Araújo, que institui a política de transição entre mandatos do Poder Executivo distrital. E assim sucessivamente, na ordem, dos Deputados que estiverem presentes em plenário. Esclarecido?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não indiquei nenhum veto e quero indagar a V.Exa. se nós podemos indicar vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado, V.Exa. indicou, sim. É o veto ao Projeto de Lei nº 1.390, de 2013, item nº 142. Está aqui indicado. É o nº 10 da nossa lista. Está aqui acordado.

Dá-se início à Ordem do Dia.

Item nº 142:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.390, de 2013, de autoria de vários Deputados, que "dispõe sobre a vinculação para a educação no Distrito Federal das receitas provenientes de royalties e participações especiais devidos em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos".

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 / 04 / 2017	15h08min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Informo que é indicação do Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1390/2013 (apenso PL 1482/2013), que "Dispõe sobre a vinculação para a educação no Distrito Federal das receitas provenientes de royalties e participações especiais devidos em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos".

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

Com a Mensagem nº 208/2016-GAG, de 08 de setembro de 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1390/2013 (apenso PL 1482/2013), de autoria da Deputada Arlete Sampaio e outros, que dispõe sobre a vinculação para a educação no Distrito Federal das receitas provenientes de royalties e participações especiais devidos em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

A proposição em comento foi aprovada com alteração, ficando a redação final conforme fls. 45.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que a proposição padece de vício de inconstitucionalidade formal, adentrando matéria de competência privativa da União, referente à edição de normas gerais sobre distribuição e aplicação da parcela de participação do resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, fixadas pela Lei Federal nº 12.858/2013 e pela Lei Complementar Federal nº 141/2012.

Ademais, caso não houvesse legislação federal sobre essa temática, a alocação dos recursos objeto deste projeto reclamaria a observância da iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre matéria orçamentária, nos termos do art. 71 e 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

A orientação é pela derrubada do veto. Portanto, o voto é não.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.390/2013 (TC COM PL 1.482/2013 DATA: 11/04/2017

AUTORIA: DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, CLÁUDIO ABRANTES E OUTROS
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE		1				
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT		1				
RESULTADO			0	19	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
19	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos contrários. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o projeto que eu pretendo derrubar com a ajuda dos meus companheiros e companheiras é o constante do item nº 141 da pauta, o Projeto de Lei nº 1.014, que determina que, em casos de veículos serem furtados ou roubados, o GDF devolva o IPVA que foi pago. Eu pago o IPVA, o ladrão me rouba, e o governo ainda quer ficar com meu dinheiro?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua, na Ordem do Dia, o Requerimento nº 2.589 e a Moção nº 625, ambos de minha autoria, caso haja votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa. Incluo o requerimento e a moção.

Item nº 109:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 61, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "institui a política de transição entre mandatos do Poder Executivo Distrital".

Solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

RELATÓRIO Nº 1 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 61/2015, que "Institui a Política de transição entre mandatos do Poder Executivo Distrital".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 71/2016-GAG, de 22 de março de 2016, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 61/2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "institui a Política de transição entre mandatos do Poder Executivo Distrital".

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme folhas 24 e 25.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposição normativa apresenta inconstitucionalidade formal, dada a existência de vício de iniciativa. O veto se deu no art.8º, pois contraria o disposto nos arts. 22 e 85 da Constituição Federal, que determina a competência privativa da União para a definição de crime de responsabilidade.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

CCJ
PL Nº 61 / 2015
FOLHA 38 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 | 04 | 2017	15h08min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 61/2015 DATA: 11/04/2017

ART. 8º

AUTORIA: DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE		1				
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT		1				
	RESULTADO		0	19	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
19	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos contrários. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo para declaração de voto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade da palavra. É somente para agradecer aos Parlamentares e dizer que esse projeto visa a trazer mais transparência nas transições de governo.

No final de 2014, com a saída do Governador Agnelo e com a entrada do Governador Rollemberg, nós sofremos uma grande polêmica com aquela questão se havia caixa ou não havia caixa.

Esse projeto obriga o governo a dar transparência das suas contas correntes, das suas aplicações, do dinheiro do Tesouro. Então, eu acho que ele vem ao encontro do que nós vivemos agora na sociedade, que é a transparência.

Agradeço aos pares pela votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 128:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.090, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que "altera a Lei nº 3.939, de 2 de janeiro de 2007".

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1090/2016, que "Altera a Lei nº 3.939, de 2 de janeiro de 2007".

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

Com a Mensagem nº 148/2016-GAG, de 1º de agosto 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1090/2016, de autoria do Dep. Juarezão, que altera a Lei nº 3.939, de 2 de janeiro de 2007.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fl. 14.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposição padece de vício de inconstitucionalidade formal ao instituir tutela específica de proteção a um novo grupo de pessoas, estabelecendo norma geral sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, tema restrito à esfera de competência da União, nos termos do art. 23 da Carta Magna.

Ademais, o projeto de lei, ao buscar equiparação entre transplantado e pessoa com deficiência, conferindo tratamento idêntico a pessoas que se encontram em situações distintas, finda por contrariar o princípio da isonomia e da proporcionalidade, conforme art. 5º da Constituição Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

REGINALDO VERAS
RELATOR

CCJ
PL Nº 1090/2016
FOLHA 22 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2017	15h08min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.090/2016 DATA: 11/04/2017

AUTORIA: DEPUTADO JUAREZÃO
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT		1				
	RESULTADO		0	17	1	6	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
17	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 / 04 / 2017	15h08min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos contrários, 6 ausências e 1 abstenção.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 146:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 557, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "institui a Semana Distrital do Samba no Distrito Federal".

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 557/2015, que "Institui a Semana Distrital do Samba no Distrito Federal".

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

Com a Mensagem nº 227/2016-GAG, de 04 de outubro de 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 557/2015, de autoria do Deputado Lira, que Institui a Semana Distrital do Samba no Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada sem alteração, ficando a redação final conforme fl. 16.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que o art. 3º do projeto padece de vício de inconstitucionalidade material, pois fixa prazo para o exercício do poder regulamentar por parte do Chefe do Executivo, afrontando o princípio da separação de poderes, nos termos do art. 2º da Constituição Federal e do art. 53 da Lei Orgânica do DF.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

REGINALDO VEIGA
RELATOR

CCJ
PL Nº 557 / 2015
FOLHA 25 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 / 04 / 2017	15h08min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria pedir aos Srs. Deputados que já tiveram as proposições votadas que permaneçam em plenário, para não perdermos o *quorum*.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na relação, não consta o meu nome. Eu queria que V.Exa. incluísse na pauta o item nº 114.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a questão de ordem de V.Exa.

Peço a inclusão do item nº 114 na pauta.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que estão pedindo inclusão na ordem do dia, eu quero pedir a inclusão da Moção nº 624, de 2017, justamente porque ela é uma moção de louvor aos policiais civis do Distrito Federal, por ocasião do aniversário, do dia comemorativo... Acabou de ser lida.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a questão de ordem de V.Exa.

Peço a inclusão da Moção nº 624, de 2017, na pauta.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha questão de ordem é para pedir aos Deputados que permaneçam em plenário,

para que possamos permanecer com o *quorum* e dar seguimento ao que foi acordado no Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Em discussão o relatório ao veto parcial oposto ao PL nº 557, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 557/2015 — DATA: 11/04/2017

ART. 3º

AUTORIA: DEPUTADO LIRA
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE		1				
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT		1				
	RESULTADO		0	19	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
19	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos contrários. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi uma questão de ordem para fazer uma observação. Eu fiquei um pouco preocupado, ao fazer uma análise aqui dos projetos, com a admissibilidade da maioria do que temos votado. Se foi decido no Colégio de Líderes, paciência. Eu só peço permissão ao meu Líder, Deputado Cláudio Abrantes, para, pelo menos, abster-me.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Chico Leite. Passamos esses projetos aos Deputados antes, para que fosse feito o acordo no Colégio de Líderes, correto?

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu peço desculpas a V.Exa., mas...

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Chico Leite, eu queria fazer uma consulta. V.Exa. indicou um veto para derrubada. Antes V.Exa. gostaria de fazer algum... É o item nº 139.

DEPUTADO CHICO LEITE – Não. V.Exa. pode retirá-lo de pauta. Não tem problema. Se essa for a condição...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não, não há condição nenhuma. V.Exa. não entendeu. Eu só quero saber se é... V.Exa. estava ausente e...

DEPUTADO CHICO LEITE – Pode. Pode mantê-lo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 139:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 108, de 2011, de autoria do Deputado Chico Leite, que "altera a Lei nº 961, de 30 de novembro de 1995, que 'dispõe sobre o fornecimento de merenda diferenciada aos portadores de diabetes, nos estabelecimentos de ensino da Rede Oficial do Distrito Federal e dá outras providências'".

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 | 04 | 2017	15h08min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Na ausência da Relatora, solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 108/2011, que "Altera a Lei nº 961, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o fornecimento de merenda diferenciada aos portadores de diabetes nos estabelecimentos de ensino da rede oficial do Distrito Federal e dá outras providências"

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

Com a Mensagem nº 190/2016-GAG, de 29 de agosto de 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 108/2011, de autoria do Dep. Chico Leite, que altera a Lei nº 961, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o fornecimento de merenda diferenciada aos portadores de diabetes nos estabelecimentos de ensino da rede oficial do Distrito Federal e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 16.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que o objeto constante na proposição já possui regulação normativa na Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014 e na Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

Assim, considerando que não é facultado ao Estado inserir leis no ordenamento jurídico que não contenham inovação ou cogência, conforme o art. 8º da LC nº 13/1996, foi oposto o veto total.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

RELATOR

CCJ
PL Nº 108 / 2011
FOLHA 23 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2017	15h08min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão, o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 108/2011 — DATA: 11/04/2017

AUTORIA: DEPUTADO CHICO LEITE
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE		1				
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT		1				
	RESULTADO		0	18	0	6	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO
MANTIDO ( ) REJEITADO (X)

0	VOTOS SIM
18	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos contrários. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu protocolei hoje uma moção de repúdio ao Estado Islâmico, que explodiu, parece-me, duas igrejas, em Alexandria e em Tanta, levando à morte vários cristãos coptas no Egito.

É uma manifestação de que o Estado de direito, a democracia e a sociedade civilizada não podem conviver com a incapacidade de respeitar o semelhante e as suas opções.

O Egito entrou em estado de emergência e, ao mesmo tempo, nós tivemos outro incidente no dia de ontem. Foi atentado semelhante a uma mesquita. Então, a intolerância se reproduz e se multiplica, e traz efeitos extremamente dolorosos numa sociedade.

Sr. Presidente, eu gostaria, se V.Exa. permitir, que essa moção pudesse ser votada. O Brasil é um país que tem uma relação extremamente afetuosa com os países árabes. É um país extremamente aberto aos países árabes, e este País tem sido extremamente condescendente com as mesquitas muçulmanas, com a cultura, com a prática do culto muçulmano, com a vestimenta, quer dizer, o nosso País tem uma larga tradição de respeito à comunidade árabe, inclusive, durante sua migração.

Eu sou filho de árabe, então, me senti... A Deputada Sandra Faraj também é filha de árabe, então, é uma coisa que mexe muito conosco. Sou cristão e sei que há outras pessoas – que conheço – que são muçulmanas e que têm o direito de ter essa opção religiosa.

Então, o que ocorreu no Egito e tem ocorrido também na Síria merece uma repugnância geral, não da forma como o governo americano fez, de ir lá e bombardear, como foi o caso das crianças, em que houve um incidente na Síria, com morte de crianças em decorrência de gás venenoso. O governo americano foi lá e, em retaliação, bombardeou o país. Eu entendo que não seja dessa forma, mas o povo egípcio tem que sentir a indignação do mundo todo e, consequentemente, de seus governantes, com relação ao episódio ocorrido ali, nessas duas cidades do Egito.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a questão de ordem.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é para pedir a V.Exa. a inclusão, na Ordem do Dia, de um projeto de decreto legislativo de minha autoria, o PDL nº 24, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Já está na pauta, Deputada, e, se formos votar, votaremos em bloco.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós acabamos de protocolar uma moção de repúdio da Frente Parlamentar Evangélica a um projeto de lei complementar que está em tramitação no Congresso Nacional e que sugere... na realidade, que quer retirar a imunidade tributária dos templos religiosos.

A frente parlamentar é composta por mim, pelo Deputado Julio Cesar, pela Deputada Sandra Faraj, pela Deputada Telma Rufino, pelo Deputado Bispo Renato Andrade, pelo Deputado Cristiano Araújo, pela Deputada Celina Leão e pelo Deputado Rafael Prudente, e nós protocolamos e queremos pedir que, logo após a votação dos vetos, que pudesse ser lida e a moção possa ser inclusa já na pauta também de votação dos requerimentos e moções.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto de decreto legislativo que está na pauta, de minha autoria, não é o de número 24. Estou pedindo a inclusão de mais um projeto de decreto legislativo, tendo em vista que ele não tem a necessidade de ser votado na tarde de hoje, mas que seja incluído na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato sua solicitação.

Por favor, peço à assessoria para trazer o projeto à Mesa.

Item nº 159:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 | 04 | 2017	15h08min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.152, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "assegura ao consumidor tempo de, pelo menos, 30 minutos para saída do estacionamento após o pagamento da tarifa".

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

A despeito dos louváveis propósitos do ilustre parlamentar autor da proposta na busca de uma norma que vise aprimorar o ordenamento jurídico do Distrito Federal, observa-se que a mencionada proposição normativa não poderá ser sancionada, uma vez que padece de vício de inconstitucionalidade formal ao buscar regulamentar relações contratuais na esfera do Direito Civil, matéria sob competência legislativa exclusiva da União, nos termos do art. 22 de nossa Constituição Federal.

Ademais, representa uma não observância aos princípios da livre iniciativa e concorrência, em desacordo com o prescrito nos art. 1o, inciso IV, e 170, *caput* e IV, ambos também de nossa Constituição, além de, ao eleger apenas determinados tipos de estacionamento aos quais seria aplicável a norma gerada, contrariar o princípio da isonomia sem justificativa para tanto.

Esses são os elementos necessários para a análise do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.152/2016 — DATA: 11/04/2017

AUTORIA: DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE			1			
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT		1				
	RESULTADO		0	18	1	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
18	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos contrários e 1 abstenção. 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 161:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 154, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso, que "cria o Programa de Saúde da Criança no Distrito Federal".

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2017 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 154/2015, que *"Cria o Programa de Saúde da Criança no Distrito Federal".*

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº 10/2017-GAG, de 12 de janeiro de 2017, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do **veto total** oposto ao Projeto de Lei nº 154/2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que cria o programa de saúde da criança no Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada nos termos da redação original.

Em sua exposição de motivos, fl. 27, o Governador asseverou que a proposição está eivada de inconstitucionalidade formal ao definir novas e diferentes atribuições à Secretaria de Estado de Saúde, pois violaria a separação dos poderes.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

PRESIDENTE

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR

CCJ
PL Nº 154 / 2015
FOLHA 3 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 | 04 | 2017	15h08min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 154/2015 — DATA: 11/04/2017

AUTORIA: DEPUTADO DELMASSO
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE			1			
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT		1				
	RESULTADO		0	17	1	6	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
17	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos contrários, 6 ausências e 1 abstenção.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 163:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 719, de 2015, de autoria do Deputado Julio César, que "altera o artigo 88 da Lei nº 4.317, de 9 de abril de 2009, que 'institui a Política Distrital para Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências'".

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de relatório do veto total ao Projeto de Lei nº 719, de 2015, de autoria do Deputado Julio César, que "altera o artigo 88 da Lei nº 4.317, de 9 de abril de 2009, que 'institui a Política Distrital para Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências'".

A despeito dos louváveis propósitos do ilustre Parlamentar, autor da proposta, na busca de uma norma que vise a aprimorar o ordenamento jurídico do Distrito Federal, observa-se que a mencionada proposição normativa não poderá ser sancionada, uma vez que padece de vício de inconstitucionalidade formal ao estabelecer, de forma indireta, nova forma de gratuidade ao serviço público de transporte coletivo sem a indicação de fonte de custeio, violando assim o prescrito no art. 71, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Ademais, vislumbra-se inconstitucionalidade material do projeto de lei em análise, nos termos do art. 19, da nossa Lei Orgânica, ao não definir meios menos gravosos de se atingir o fim pretendido, como por intermédio do estabelecimento de prazos mais dilatados de recadastramento ou a instalação de sistema informatizado que possibilite o envio eletrônico dos documentos comprobatórios da doença ou deficiência permanente.

São esses os elementos, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 719/2015 — DATA: 11/04/2017

AUTORIA: DEPUTADO JULIO CESAR
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE			1			
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT		1				
	RESULTADO		0	16	2	6	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
2	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários e 2 abstenções. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Faço uma consulta aos Líderes. Temos dois itens colocados, um do Deputado Agaciel Maia e outro do Deputado Chico Vigilante, que não estão no acordo total do Colégio de Líderes. Eu quero fazer uma consulta aos Líderes se há acordo para votação. São os itens nºs 114 e 31. (Pausa.)

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que verifique a possibilidade de, após votarmos os vetos, anteciparmos a votação do projeto da recomposição orçamentária.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Farei a consulta aos Líderes.

Há acordo para votação do item nº 114.

Item nº 114:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.045, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre a alfabetização de empregados, funcionários de empresas que mantêm contratos de serviços com a Administração Pública Direta, Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e de Economia Mista do Distrito Federal".

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que V.Exa. consultou os Líderes, eu gostaria de trocar meu item.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Já trocou pelo item nº 31.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não. O item nº 31 também não foi acordado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Mas eu já fiz a consulta aos Líderes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Mas eu queria retirar o item nº 31 e deixar o 141.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O item nº 141 também não teve acordo. Eu farei a consulta em seguida, ok, Deputado?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto ao Projeto de Lei nº 1.045, de 2012.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1045/2012, que "Dispõe sobre a alfabetização de empregados, funcionários de empresas que mantêm contratos de serviços, com a administração pública direta, fundações, autarquias e empresas públicas e de economia mista do Distrito Federal".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 83/2016-GAG, de 05 de abril de 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1.045/2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre a alfabetização de empregados, funcionários de empresas que mantêm contratos de serviços, com a administração pública direta, fundações, autarquias e empresas públicas e de economia mista do Distrito Federal".

A proposição em comento foi aprovada com alteração, ficando a redação final conforme fls. 46.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposição normativa não poderá ser sancionada em função de inconstitucionalidade formal, dada a existência de vício de iniciativa. Esclareceu que ao dispor sobre cláusulas obrigatórias em processos licitatórios, a proposição acabou usurpando a competência privativa da União, nos termos do art. 22, da Constituição Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

RECEBIDO
RELATOR

emm.

CCJ
Nº 1045/2012
FOLHA 53 RUBRICA
PL

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.045/2012 — DATA: 11/04/2017

AUTORIA: DEPUTADO AGACIEL MAIA
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT		1				
	RESULTADO		0	15	0	9	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
15	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
9	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
15	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos contrários. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Quero fazer uma consulta aos Líderes. O Deputado tinha pedido a consulta sobre a votação do item nº 31. Quero fazer novamente a consulta aos Líderes quanto ao item nº 141, de autoria do Deputado Chico Vigilante. Consulto os Líderes se há acordo para apreciação do veto ao Projeto de Lei nº 1.014, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Há acordo.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas manifestar o acordo quanto à votação do projeto do Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Perfeito.

Item nº 141:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.014, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre a restituição proporcional do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, referente a roubo ou furto de veículos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Na ausência da Relatora, concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1014/2016, que "Dispõe sobre a restituição proporcional do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, referente a roubo ou furto de veículos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

Com a Mensagem nº 192/2016-GAG, de 29 de agosto de 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1014/2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que dispõe sobre a restituição proporcional do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, referente a roubo ou furto de veículos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada sem alteração, ficando a redação final conforme fl. 13.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que, a depender da hipótese fática, o projeto pode resultar em ampliação da remissão sem expressa previsão legislativa, ofendendo o art. 150 da Constituição Federal.

Ademais, a ampliação da remissão e a majoração da despesa, resultante da imediata restituição do tributo, violam a Lei Complementar Federal nº 101/2000. Por fim, cumpre salientar a inconstitucionalidade material expressa no art. 5º do projeto, pois a fixação de prazo para o exercício do poder regulamentar do Chefe do Executivo afronta o princípio da separação de poderes, nos termos do art. 2º da Constituição Federal e do art. 53 da Lei Orgânica do DF.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.014/2016 DATA: 11/04/2017

AUTORIA: DEPUTADO CHICO VIGILANTE
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT		1				
	RESULTADO		0	16	0	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO MANTIDO ( ) REJEITADO (X)	
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são 18h30min., eu quero informar aos colegas Deputados que estou protocolando o relatório setorial da parte de orçamento e finanças da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde. Portanto, a partir de amanhã, o relator-geral, que é o nobre Deputado Lira, terá a nossa contribuição para se debruçar no seu relatório geral. Eu vou protocolar, tendo em vista que hoje a comissão não funcionou, normalmente é na quinta-feira, no gabinete do Deputado Wellington Luiz, que é o nosso Presidente e Vice-Presidente desta Casa. Por isso, eu cumpro aqui com a palavra, com todos os membros da comissão, de que, nesta terça-feira, eu entregaria o meu relatório.

Sr. Presidente, é uma contribuição extremamente rica. Naturalmente deve ter alguma falha, mas nós fazemos uma análise dos recursos do Fundo Constitucional, do Fundo de Saúde, fazemos a aplicação da Emenda Constitucional nº 29 enquanto município, enquanto estado, alíquotas diferentes, sobre quais tributos incide, e comparamos com o que foi gasto. Nós entramos nas considerações dos projetos de orçamento que envolvem a Operação Drácon nesse relatório.

Então, Sr. Presidente, há um farto material que cabe ser analisado pelo relator e pelos colegas, os demais membros dessa comissão. Naturalmente, vai ajudar e é um documento, assim como a CPI do Transporte hoje é um documento da maior importância para todo Distrito Federal. Nós acreditamos que, nessa crise da saúde, pelo menos, no que diz respeito à área de finanças, nós abordamos.

Há um dado, Sr. Presidente, extremamente relevante que nós já começamos a contemporizar nesse relatório, que é a flexibilização, por parte do Ministério da Saúde, dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Saúde e que Brasília recebe. Mas Brasília vem perdendo recursos por não cumprimento de regras estabelecidas no convênio. É necessário lembrar, Sr. Presidente, que a maior parte do recurso utilizado é da Fonte 100. A segunda é do Fundo Constitucional e a terceira é do Fundo Nacional de Saúde.

Portanto, eu acredito que dará aos colegas membros da comissão condições de analisar e de poder apreciar no relatório geral. Naturalmente vai caber ao relator se posicionar no que vai acolher, se parte, se tudo, enfim, vai ficar a critério dele.

Eu quero dizer que eu estou cumprindo com a delegação que a comissão me fez, que foi fazer o relatório dessa parte. Portanto, a nossa comissão teve a prorrogação de 30 dias. Logo, nesse início dos 30 dias, eu cumpro com a minha responsabilidade entregando aos colegas esse relatório. Ele estará protocolado no espaço do Deputado Wellington Luiz, como Presidente. Portanto, Deputado Lira, por intermédio do Presidente, V.Exa. terá acesso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Certamente, um relatório muito rico.

Consulto os Líderes para saber se há acordo para superar os sobrestamento dos demais vetos da Ordem do Dia e votar as proposições da pauta e itens extrapauta incluídos na Ordem do Dia. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, procederemos à votação do primeiro item.

Antes, porém, sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência consulta os Líderes se há acordo para votar os requerimentos e as moções, em bloco, pelo processo simbólico.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou acatar aqui e vou votar em bloco, mas já fazendo aqui uma espécie de declaração de voto, vou votar pela aprovação.

No que se refere a esse projeto de que trata a questão tributária das entidades religiosa, eu prefiro alongar o debate. Acho que está na hora de a gente debater esse assunto. Nós sabemos que entidades com vinculação religiosa exercem um trabalho social fantástico pelo País, mas a gente não pode generalizar.

Então, eu acho que a gente tem que debater, sim, e tem que ter isenção. Mas, a gente tem que estabelecer alguns padrões no País. Então, o projeto é

louvável e deve ser debatido, não significa deixar de isentar na totalidade, mas que a gente tem que debater, isso tem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Essa é só uma moção de repúdio.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Perfeito.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua o Requerimento nº 1.536, de 2017, na Ordem do Dia. Esse requerimento foi protocolado hoje. Trata-se de uma audiência pública para debater a questão do Shopping Popular de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Esta Presidência consulta aos Líderes se há acordo para a votação em bloco. (Pausa.)

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 203:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 621, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta protesto à inercia do Distrito Federal pela não convocação dos 200 candidatos aprovados na 7ª etapa da 1° fase do concurso de agentes da Policia Civil do DF realizado no ano de 2013".

Item nº 204:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 622, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que "manifesta repúdio contra o ato de assédio praticado pelo ator José Mayer, contra a figurinista Sesllem Meneguzzi Tonani da Rede Globo de Televisão".

Item nº 205:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.549, de 2017, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "requer a realização de Audiência Pública, em 26 de abril de 2017, às 9 horas, no Plenário desta Casa, para discutir sobre o tema Necessidade de Acesso a Tratamento Inovadores do Câncer de Mama Metastático, realizados no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal".

Item nº 206:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.550, de 2017, de autoria da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que "requer a realização de

Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura para discutir a baixa execução dos recursos destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal".

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 624, de 2017, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "manifesta votos de louvor e regozijo a cada uma e um dos Policiais do Distrito Federal, relacionados em anexo, pelos relevantes serviços prestados a toda a população do Distrito Federal".

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 625, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "manifesta apoio à continuidade da prestação dos serviços por ambulantes em situação que especifica".

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 626, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure e outros, que "manifesta protesto aos ataques às Igrejas Cristãs, nas cidades de Tanta e Alexandria no Egito".

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 627, 2017, de autoria da Frente Parlamentar Evangélica, que "manifesta repúdio ao Projeto de Lei Complementar nº 239, de 2013, em tramitação no Congresso Nacional, que sugere o fim da imunidade tributária para entidades religiosas".

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.591, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "requer a realização de Audiência Pública, em 24 de abril, para debater os direitos dos permissionários do Shopping Popular de Brasília e a implantação das parcerias público-privado".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções e os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e os requerimentos o estão aprovados com a presença de 16 Deputados.

Esta Presidência consulta aos Líderes se há acordo para a inclusão, extrapauta, do Projeto de Lei nº 4.418, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "abre Crédito Adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$

285.140.043,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões, cento e quarenta mil e quarenta e três reais)"; bem como a apreciação do Veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.260, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para exercício financeiro de 2017".

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, sei que V.Exa. vai encaminhar para os Líderes de Bloco, e aí eu quero dizer que em nome do nosso Bloco Sustentabilidade e Trabalho, nós não votaremos este projeto na tarde de hoje.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apesar da ausência do nosso Líder – a ausência já é emblemática –, seguindo a orientação do nosso bloco também, não participaremos. Ao contrário, sairemos do plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, como Líder.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos termos do entendimento feito e da consulta ao plenário, sou de parecer favorável à votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE – A bancada do PT tem acordo para votar os créditos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO – Para votar os créditos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Juarezão?

DEPUTADO JUAREZÃO – Pela votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputada Sandra Faraj?

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Julio Cesar?

DEPUTADO JULIO CESAR – Pela votação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é notório todo esse debate acerca da emenda ao projeto da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal, que foi encaminhada por nós. Respeitando mesmo a posição da minha bancada, mas eu não estarei presente à votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM | **DATA: 11/04/2017**

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1
3	CELINA LEÃO	PPS		1
4	CHICO LEITE	REDE		1
5	CHICO VIGILANTE	PT	1	
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1	
8	DELMASSO	PODEMOS	1	
9	JUAREZÃO	PSB	1	
10	JULIO CESAR	PRB	1	
11	LILIANE RORIZ	PTB		1
12	LIRA	PHS	1	
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1	
14	PROF. ISRAEL	PV		1
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1
18	RICARDO VALE	PT	1	
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1
20	SANDRA FARAJ	SD	1	
21	TELMA RUFINO	PROS	1	
22	WASNY DE ROURE	PT		1
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1
24	JOE VALLE	PDT	1	
RESULTADO			12	12

QUÓRUM	
12	PRESENTES
12	AUSENTES
24	SOMATÓRIO

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 | 04 | 2017	15h08min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Estão presentes 12 Deputados, não havendo, portanto, *quorum* regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h44min.)